



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

JOCILEIDE DA SILVA MENDES

**DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO ENSINO MÉDIO:
UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS RESULTADOS DOS
INDICADORES DE QUALIDADE EDUCACIONAL DA REGIÃO
NORDESTE E DO ESTADO DA BAHIA.**

Cachoeira

2016

JOCILEIDE DA SILVA MENDES

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO ENSINO MÉDIO:

Uma reflexão a partir dos resultados dos indicadores de qualidade educacional da Região Nordeste e do Estado da Bahia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a. Dr. Maria Inês Caetano Ferreira

Cachoeira

2016

JOCILEIDE DA SILVA MENDES

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO ENSINO MÉDIO:

Uma reflexão a partir dos resultados dos indicadores de qualidade educacional da Região Nordeste e do Estado da Bahia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 16 de fevereiro de 2016

Maria Ines Caetano Ferreira - Orientadora

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Leandro Antônio Almeida

Doutor em História pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Luís Flávio Reis Godinho

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Aos meus pais pelo incentivo e apoio incondicional que com muito carinho, não mediram esforços e me ajudaram a chegar até esta etapa da minha vida. Dedico também a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradecimentos

Ao chegar ao fim de uma das etapas mais importantes da minha vida, tudo o que me resta é agradecer:

A Deus, por permitir que eu chegasse até esse momento, por ter me dado forças para superar todas as dificuldades.

Ao meu pai, pelo apoio que me deu ao longo de toda a graduação.

À minha mãe, pelo carinho e palavras de incentivo nos momentos de cansaço e desânimo.

À professora Maria Inês Caetano Ferreira, orientadora deste trabalho, por sua atenção, parceria e empenho dedicado à elaboração deste.

A todos os meus professores que tanto contribuíram para a minha formação.

Aos meus colegas, em especial: Silvânia Batista Alves, Jucilene Santos e Edson Nascimento Santana pela amizade e companheirismo ao longo de todo o curso.

Enfim, a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, recebam as minhas poucas, porém sinceras palavras de agradecimento.

“Não é a terra que constitui a riqueza das nações, e ninguém se convence de que a educação não tem preço”.

(Rui Barbosa)

MENDES, Jocileide da Silva. Desigualdades Educacionais no Ensino Médio: Uma reflexão a partir dos resultados dos indicadores de qualidade educacional da Região Nordeste e do Estado da Bahia. 53 páginas. 2016. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

RESUMO

O Ensino Médio é a etapa da educação básica que mais vem sofrendo problemas quanto à qualidade do ensino: as desigualdades em relação ao acesso e permanência são grandes entre regiões e estados o que acaba gerando como consequência altos índices de abandono, distorção idade/série e baixo desempenho, impedindo que o aluno conclua com sucesso essa fase de escolarização. Este trabalho tem como objetivo investigar o panorama do Ensino Médio na Região Nordeste e, mais especificamente, no Estado Bahia, a partir dos dados de indicadores de qualidade educacional. Foi realizado estudo sobre os indicadores do ensino médio no Brasil, na região Nordeste e na Bahia, buscando reconhecer a situação da qualidade de ensino destes, desvendando possíveis desigualdades na oferta dessa etapa de ensino. A fragilidade dos resultados apresentados pela Região Nordeste e estado da Bahia deixa clara a disparidade existente entre as regiões na qualidade de acesso dos jovens ao ensino médio, especialmente se esses dados forem comparados com os das regiões Sul e Sudeste o que demonstra a influência da desigualdade regional nos resultados dos indicadores de qualidade da educação.

Palavras-chave: Ensino médio; indicadores educacionais; democratização; qualidade; desigualdade regional.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2001 A 2013.....	22
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB, REFERENTES AO ENSINO MÉDIO, NAS DIFERENTES REDES, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2002 A 2013.	24
TABELA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB, REFERENTES AO ENSINO MÉDIO, NAS DIFERENTES REDES, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2002 A 2013(CONTINUAÇÃO).....	24
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA E DA REDE PARTICULAR, NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO OS QUINTOS DE RENDIMENTO MENSAL, BRASIL, 2013.	25
TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS QUE FREQUENTAM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO, POR TIPO DE REDE, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2013.	26
TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS, EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PORCENTAGEM, DE MUNICÍPIOS QUE ATINGIRAM A META DO IDEB, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2013.	27
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERATIVAS DA REGIÃO NORDESTE, 2001 A 2014.	29
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DA TAXA DE ABANDONO DO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2001 A 2013.	30
TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DA TAXA DE ABANDONO, EM PORCENTAGEM, DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE.	31
TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS, POR TIPO DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, 2013.	32

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DO PERCENTUAL DE JOVENS DE 19 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO NORDESTE.	33
TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO COM ACESSO À ÁGUA TRATADA, ESGOTO SANITÁRIO, ENERGIA ELÉTRICA, BANDA LARGA, BIBLIOTECA OU SALA DE LEITURA, QUADRA E LABORATÓRIO DE CIÊNCIA, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2013.....	33
TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DE ARRANJOS FAMILIARES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, TOTAL E RESPECTIVAMENTE, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, SALÁRIO MÍNIMO, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2013.....	37
TABELA 12.1 – DISTRIBUIÇÃO DE ARRANJOS FAMILIARES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, TOTAL E RESPECTIVAMENTE, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, SALÁRIO MÍNIMO, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 2013 (CONCLUSÃO).....	37
TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERATIVAS DA REGIÃO NORDESTE NO PIB NACIONAL, 2013, EM REAIS.	38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	12
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E EXPANSÃO DO ACESSO	13
2.2 QUALIDADE DO ENSINO	14
3. O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO	15
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	15
3.2 LEGISLAÇÃO	17
3.2.1 <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB</i>	17
3.2.2 <i>Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio</i>	18
3.2.3 <i>Plano Nacional da Educação – PNE</i>	19
4. METODOLOGIA	20
5. OS DADOS DA EDUCAÇÃO: BRASIL, NORDESTE E BAHIA	22
5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
5.2 DESAFIOS	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	49

1 INTRODUÇÃO

O processo de universalização do ensino mais especificamente do ensino fundamental, se deu a partir dos anos 90 onde a escola passou a ter a responsabilidade de promover o aprendizado de todos os alunos, independente da origem social e das condições financeiras de suas famílias que passaram a ter obrigação legal de matricular seus filhos.

Nesta época o país passava por uma série de transformações de ordem social, econômica e política, com a expansão da tecnologia e dos meios de comunicação e a necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho.

O processo de universalização do Ensino Médio veio mais tarde a partir de 2003, no qual o ensino médio é incluído no âmbito da Educação Básica. Mas, apesar dos investimentos dos governos estadual e federal na universalização do ensino médio no país e da evolução no atendimento da rede pública, os problemas com aproveitamento do aluno, qualidade do ensino e as desigualdades em relação ao acesso são grandes entre regiões e estados que acabam gerando como consequência altos índices de reprovação e evasão escolar.

Segundo levantamento realizado pelo Todos pela Educação baseado na pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2013, somente metade dos jovens brasileiros (54, 3%) conseguem concluir o ensino médio na idade certa que é até aos 19 anos. “Idade Certa” diz respeito à idade prevista para a série que o aluno deveria estar matriculado. É feito um cálculo entre a idade do aluno e o ano que ele está cursando. Se a diferença for de mais de dois anos, significa que ele está retido em uma determinada série. Esse parâmetro é chamado distorção idade-série.

No que diz respeito ao nível socioeconômico dos estudantes, os dados mostram uma grande diferença na taxa de conclusão na idade adequada entre os estudantes ricos e pobres. No ensino fundamental apenas 59,6% do quartil mais pobre tem taxa de conclusão do Ensino Fundamental na idade adequada. Entre os mais ricos, a taxa é de 94%. No Ensino Médio, os índices são de 32,4% e 83,3%, respectivamente (TODOS PELA EDUCAÇÃO).

Esses dados dão uma ideia do problema enfrentado pelo sistema de educação no Brasil hoje, principalmente o Ensino Médio que é o que apresenta mais problemas, comparado às outras etapas de ensino. O que deixa claro, que o processo de expansão da educação foi feito sem um devido cuidado com a qualidade do ensino, o que acaba gerando desigualdades no sistema educacional.

Nesse contexto é que propomos esse trabalho, por entendermos a importância que a educação de qualidade representa para o desenvolvimento do indivíduo como cidadão e ser humano. A pesquisa foi orientada a partir da seguinte pergunta: Com base nos dados dos indicadores de qualidade educacional, qual o panorama do Ensino Médio na região Nordeste e, mais especificamente, no Estado da Bahia?

O presente texto está dividido além da Introdução em mais cinco capítulos: Numa primeira parte foi feita uma revisão da literatura sobre Democratização, expansão e qualidade do ensino médio, procurando desvendar os problemas dessa etapa de ensino no país.

Em seguida, realiza-se estudo sobre os indicadores do ensino médio no Brasil, na região Nordeste e, especificamente, na Bahia, buscando reconhecer a situação da qualidade de ensino no país, no Nordeste e, sobretudo, na Bahia, desvendando possíveis desigualdades na oferta dessa etapa de ensino. E, finalmente, uma análise e discussão do estudo dos indicadores vinculados à qualidade do Ensino Médio.

1.1 OBJETIVOS:

1.1.1 Objetivo Geral:

Investigar o panorama do Ensino Médio na Região Nordeste e, mais especificamente, no Estado Bahia, a partir dos dados de indicadores de qualidade educacional.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Apresentar perfil dos jovens de 15 a 29 anos por tipo de atividade;
- Identificar a taxa líquida de matrícula no ensino médio (Brasil, Regiões e Estados) com destaque para a Bahia;
- Verificar aproveitamento dos alunos no ensino médio com base nos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- Verificar taxa de abandono no ensino médio, bem como, a taxa de distorção idade-série;
- Realizar estudo sobre os indicadores do ensino médio no Brasil, na região Nordeste e, especificamente, na Bahia, buscando reconhecer a situação da qualidade de ensino no país, no Nordeste e, sobretudo, na Bahia;
- Fazer análise e discussão do estudo dos indicadores vinculados à qualidade do Ensino Médio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E EXPANSÃO DO ACESSO

Democratização, expansão e qualidade de ensino são os principais temas discutidos no âmbito do sistema educacional desde que a educação passou a ser considerada como um direito. E como direito, passa a ser dever do Estado garantir o acesso a todos dado a importância que esta representa para o desenvolvimento do indivíduo como cidadão.

ALGEBAILÉ (2009) define que a expansão da oferta educacional,

(...) é a expressão de práticas sociais e relações de forças que antecedem e atravessam as medidas oficiais a seu respeito. É sempre movida por impulsos que decorrem dessas práticas e relações, estando relacionada, portanto, com modificações nas expectativas dirigidas à educação escolar, com as ações que se apresentam como respostas às novas demandas, com novos usos e utilizações da escola que daí decorrem e, ainda, com esforços no sentido da sistematização da oferta e de sua expansão (ALGEBAILÉ, 2009, p. 91).

Ainda segundo a autora é de grande relevância entender esse processo de expansão educacional para compreender como é formado o sistema de ensino no Brasil, já que ampliação do acesso a educação se apresenta historicamente como um de seus focos principais (ALGEBAILÉ, 2009).

Sposito (1992) entende a democratização do ensino como “a extensão de maior número de anos de escolaridade a um maior número de habitantes e a gradativa eliminação das desigualdades sociais na organização formal do sistema escolar” (SPOSITO, 1992, p. 15).

A qualidade do ensino é um aspecto essencial no processo de democratização e na concepção de uma educação pensada como um direito social. Nesse sentido Dias Sobrinho (2010) afirma que o direito social a educação de qualidade

(...) é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica. Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1225).

(...) deve ser para todos e ser imprescindível à construção de sujeitos sociais, e não somente para parcela privilegiada da sociedade e para o fortalecimento do individualismo. A qualidade tem uma irrecusável dimensão social e pública. O correlativo da ideia de educação como um bem público e direito social é o dever do Estado de garantir amplas possibilidades de oferta de educação a todas as camadas sociais (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1225).

Dessa forma, a democratização do ensino com qualidade tem sido um dos maiores desafios do sistema de ensino brasileiro, sobretudo na última etapa da educação básica, o Ensino Médio.

2.2 QUALIDADE DO ENSINO

A qualidade do ensino tem sido proposta central das políticas educacionais, sendo vista como fator que torna possível o acesso de todos ao conhecimento.

O atual discurso de qualidade traz uma concepção de um sistema de ensino comprometido com a igualdade de acesso ao conhecimento, dando atenção especial aos grupos mais desfavorecidos. Para ser considerada de qualidade, a educação escolar precisa garantir não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso do aluno na escola.

Essa proposta de qualidade relaciona demandas sociais com demandas educacionais. A primeira está ligada a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, a fim de reduzir as desigualdades sociais e a pobreza. A segunda diz respeito a questões como a redução da distorção idade-série, a equidade de acesso ao conhecimento a todos, a promoção da aprendizagem efetiva do aluno. Dessa forma, as duas criam uma relação de causa e efeito: quando as desigualdades educacionais são reduzidas, são criadas condições para que a desigualdades sociais também sejam.

Dito de outra forma, garantir uma educação de qualidade constitui-se como fator principal na tentativa de reduzir as injustiças sociais, pois, a população estaria capacitada “para atuar de forma crítica e responsável na construção de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida” (MATHEUS; LOPES, 2014, p. 345).

Nesse sentido, Matheus; Lopes (2014) apresentam o conceito de qualidade **total** e **social** da educação. A primeira diz respeito a um discurso de qualidade onde a forma de operar a escola está estreitamente relacionada à lógica empresarial aproximando-se de um discurso de mercado onde o sentido de qualidade tem uma concepção mais instrumental, em que o indivíduo é formado para o trabalho atendendo os interesses do empresariado.

Já a segunda traz uma concepção de qualidade no sentido de uma educação com padrões que visem os interesses da maioria da população. Um projeto de educação definido coletivamente, por todos os brasileiros, ou seja, onde “toda a sociedade estivesse envolvida no processo formativo” (MATHEUS; LOPES, 2014, p. 351).

O conhecimento, para finalidades diferentes, tende a ser objetivado em ambas as cadeias de equivalência antagônicas – qualidade social e qualidade que se pretende total. No discurso de qualidade social, o conhecimento é considerado fundamental para tornar mais igualitárias as condições de ensino para o conjunto dos que têm acesso à educação e, conseqüentemente, para promover a justiça social. O desenvolvimento do aluno na escola é, por sua vez, vinculado ao desenvolvimento social da nação, ao mesmo tempo que assume traços da perspectiva crítica de currículo, na qual o significativo conhecimento carrega os sentidos de emancipação, libertação humana e crítica social. No discurso da qualidade que se quer total, o conhecimento é importante para garantir que a educação favoreça os níveis instrucionais supostos como necessários ao desenvolvimento profissional e social, tornando equivalentes as finalidades do indivíduo, as finalidades do mercado e do país. São carreados, assim, sentidos das perspectivas instrumentais de currículo, nos quais ressoam matizes de uma ideia de eficiência social, que se pensa como garantida pelo foco no resultado da aprendizagem do alunado (MATHEUS; LOPES, 2014, p. 351).

Nos dois discursos o sistema educacional é responsável por instruir o sujeito, por garantir um saber legítimo. Sendo assim, apesar de antagônicos os autores consideram que os dois discursos acabam por se articular, pois ambos concebem a educação de má qualidade com um fator que ameaça o desenvolvimento do país (MATHEUS; LOPES, 2014).

Nesse sentido, a avaliação é considerada como um mecanismo importante para a melhoria da qualidade na educação através de indicadores que permitem acompanhar o que está sendo feito nas escolas e a evolução de todas as etapas de ensino.

3 O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO:

De todas as etapas da educação básica o ensino médio é o que apresenta mais problemas. Isso se deve em grande parte a um processo de democratização tardia da educação pública que, como já foi dito anteriormente sofre até hoje com a realidade de um país desigual e com os abalos das mudanças no sistema educacional no século XX.

Segundo Krawczyk, 2011

Quando se trata de refletir sobre o sistema educacional brasileiro, é consensual a percepção de que o ensino médio é o nível de ensino que provoca os debates mais controversos, seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou, ainda, pela discussão sobre a sua identidade (KRAWCZYK, 2011, p. 754).

Ainda de acordo com a mesma autora o ensino médio representa apenas os três ou quatro últimos anos da educação básica, porém é um dos mais discutidos o que traz mais dificuldades quanto à definição de políticas quanto a esta etapa da escolarização. “Fala-se da

perda da identidade, quando na verdade o ensino médio nunca teve uma identidade muito clara, que não fosse o trampolim para a universidade ou a formação profissional” (KRAWCZYK, 2011, p. 755).

O ensino médio sempre sofreu com a falta de consenso quanto a sua função social (KRAWCZYK, 2011). Essa dualidade é criada quando o país começou a se industrializar e o trabalho exigia uma mão de obra mais qualificada e diversificada do que aquela da produção de café e açúcar do período colonial. Então o Estado para atender as demandas das grandes empresas se compromete a treinar a força de trabalho para que ela pudesse atender a esses requisitos.

Assim, essa etapa do ensino possui na sua história uma dinâmica de inclusão e ao mesmo tempo de exclusão, com um ensino médio com espaço de ensino das elites cuja finalidade era propedêutica, ou seja, com o objetivo de preparar o aluno para o ensino superior e outra cujo objetivo era o ensino profissionalizante para os filhos dos pobres a fim de prepara-los para o trabalho na indústria. Dessa forma, o sistema de ensino permanecia desigual e elitista.

Diante de tanta desigualdade educacional a expansão do ensino médio só aconteceu de forma mais significativa a partir da década de 90, mas a sua obrigatoriedade só se deu em 2009 através da Emenda Constitucional n. 59 que deu nova redação ao artigo 208 da Constituição Federal prevendo a ampliação da obrigatoriedade da educação básica para a faixa dos 4 aos 17 anos de idade, assegurando acesso gratuito a todos, inclusive para aqueles que não tiveram condições de ingressarem em idade própria com oferta de ensino noturno regular. Segundo Brandão, 2011;

A aprovação dessa Emenda reflete uma conquista decorrente de uma luta histórica, quer seja, a luta para que o ensino médio também fosse considerado como uma etapa de escolaridade constitucionalmente obrigatória e gratuita para todos os brasileiros, dentro de uma concepção de educação como direito de todos (BRANDÃO, 2011, p. 196).

Porém, essa expansão ainda não pode ser caracterizada como um processo de democratização, principalmente, por conta dos altos índices de evasão e reprovação como também as altas porcentagens de jovens que ainda permanecem fora das escolas (KRAWCZYK, 2011).

Sposito e Souza (2014), afirmam que a educação não pode ser de qualidade se exclui parte ou a maioria de seus usuários. Por outro lado, um sistema educacional que garante

apenas o acesso, mas não garante a permanência e uma educação de qualidade não pode ser democrática. De acordo com as autoras, “qualidade e universalização do ensino constituem aspectos indissociáveis e vinculados” (SPOSITO E SOUZA, 2014, p. 43).

Ainda segundo as mesmas autoras, o ensino médio precisa ter um caráter formativo, ou seja, tem que ter uma identidade própria garantindo que o indivíduo tenha condições efetivas de acesso ao ensino superior e ao mesmo tempo preparar o indivíduo para o mercado de trabalho. Pois é justamente na ênfase de um desses lados: ensino superior e mercado de trabalho que as desigualdades ficam mais evidentes (SPOSITO; SOUZA, 2014).

Portanto, é necessário um equilíbrio entre essas duas vértices e que a escola brasileira além de preparar para o mercado de trabalho forme pessoas com pensamento crítico e não se limite como uma instituição comprometida apenas com o papel de fazer com que seus alunos absorvam conteúdo.

3.2 LEGISLAÇÃO

3.2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB

Revendo muito do que foi previsto na Constituição Federal de 88, a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB deixa clara a responsabilidade do Estado em garantir a todos o acesso à educação, o que é considerado um avanço em relação à legislação anterior de 61 em que esse papel cabia a família devendo o Estado intervir quando esta faltasse.

A LDB/96 também estabelece de forma mais detalhada exigências quanto à carga horária nos ensino fundamental e médio e o tempo de escolarização. Ela define carga horária anual de 800 horas e duzentos dias de trabalho escolar. No que diz respeito ao ensino médio, estabelece a duração mínima de três anos tendo entre suas finalidades fazer com que o aluno aprenda de modo a desenvolver um pensamento crítico preparando-o para ingressar na vida profissional e aprofundar os conhecimentos adquiridos pelo educando no ensino fundamental a fim de prepara-los para dar prosseguimento nos estudos trazendo uma concepção de ensino médio que concilie teoria e prática (Art. 35).

Após a criação da LDB, o ensino médio passa por uma reforma curricular que traz como principal mudança a separação do ensino médio de caráter propedêutico (que prepara para o ensino superior), do ensino profissionalizante, promovendo um encurtamento dessa etapa de ensino.

De acordo com Neubauer et al, 2011:

Visando a promoção de uma “escola jovem” e inclusiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o ensino médio – elaboradas no Parecer CEB/CNE nº 15/98 e instituídas com força de lei pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução nº 3/98 – fazem a crítica da transmissão de conteúdos enciclopédicos e dos métodos tradicionais de ensino, buscando colocar o aluno no centro do processo de aprendizagem. Para tanto, propõem como princípios norteadores do currículo o desenvolvimento de competências básicas, a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, que têm em comum o protagonismo dos alunos e da comunidade (NEUBAUER et al, 2011, p. 13).

A partir daí várias políticas foram criadas, visando uma atuação mais presente do governo federal em três grandes áreas da educação básica: novo perfil de financiamento da educação (com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef); estabelecimento de sistemas nacionais de avaliação (com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como da avaliação do ensino superior; e reforma do ensino médio caracterizada, num primeiro momento, como já foi dito antes, pela separação nesse nível de ensino da educação profissional (NEUBAUER et al, 2011).

Essas políticas foram continuadas e aprofundadas com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), substituindo o Fundef, da Prova Brasil (de natureza censitária), da construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com metas para as diferentes instâncias do sistema educacional.

3.2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

Articulado com Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio orienta as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação às propostas curriculares de escolas públicas e particulares que oferecem essa etapa de ensino (BRASIL, 2012).

As Diretrizes estabelecidas pela resolução nº 02/2012 preveem que o currículo do Ensino Médio deve possuir uma base nacional comum e uma diversificada, organizada em áreas do conhecimento: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas.

De acordo com Corso; Soares (2014):

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, (...) propõe a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, consideram o trabalho como princípio educativo, a pesquisa um princípio pedagógico, os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental como princípios e metas da prática educativa, o que consideramos um grande avanço se comparado com o modelo anterior proposto em 1998, que tinha grande ênfase no desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho (CORSO; SOARES, 2014, p.10).

O Ensino Médio de acordo com as diretrizes baseia-se ainda entre outros aspectos: na indissociabilidade entre educação e prática social; sustentabilidade ambiental como meta universal; reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo; além de conceituar o currículo como uma proposta de ação educativa que articula a seleção de conhecimentos construídos pela sociedade com vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades.

3.2.3 Plano Nacional da Educação – PNE

O Plano Nacional da Educação (PNE) estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional com duração de dez anos.

O Plano apresenta 20 metas divididas em quatro grupos de metas que visam garantir a qualidade, a universalização do acesso à educação básica, a redução das desigualdades, valorização do profissional da educação e, finalmente, a ampliação do acesso ao ensino superior (BRASIL, 2015).

No caso do Ensino Médio, o PNE (2014/2024) visa:

- Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

A meta estabelece como principais estratégias: a renovação do ensino médio através de um currículo mais flexível e diversificado que relacione teoria e prática; a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e promoção como principal instrumento de avaliação dessa etapa de ensino articulado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), bem como a sua utilização como critério de acesso ao ensino superior; a extensão das matrículas gratuitas; ampliar ações com objetivo de diminuir os índices de distorção idade/série e o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência dos jovens.

Entretanto, no capítulo 5 veremos que apesar de todos os esforços para melhorar o ensino oferecido aos jovens nesta etapa de ensino as mudanças não tem sido suficientes para mudar o cenário do Ensino Médio no país, principalmente no que diz respeito ao tempo de permanência e na elevação do índice de conclusão nesta fase.

4 METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como trabalho de exposição teórico-empírica de natureza descritiva. A primeira etapa, a revisão da literatura, foi efetuada logo após a definição e delimitação do tema.

Tal estudo da literatura do ensino médio foi feito a fim de compreender o contexto do ensino do ensino médio no país. Os autores utilizados para embasar a fase de fundamentação teórica deste trabalho foram: Nora Krawczyk, Marília Pontes Sposito e Raquel Souza para discutir acerca do Ensino Médio e Eveline Algebaile acerca de qualidade e expansão.

Este trabalho que começou a ser desenvolvido no início de 2015 possui duas fases em sua elaboração: a primeira que já foi descrito acima: o estudo da literatura do ensino médio, para embasar a fundamentação teórica e descrição do objeto deste trabalho de conclusão de curso.

Na segunda fase, iniciamos o estudo dos indicadores de educação produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC e dados sobre a juventude da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE e da Síntese de Indicadores Sociais – SIS/IBGE além dos dados do Observatório Nacional da Educação e Todos pela Educação.

A fim de atingir os objetivos específicos deste trabalho utilizamos os seguintes dados: taxa líquida de matrícula, escolaridade média da população de 18-29 anos, resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Ensino Médio Quantidade e Porcentagem de Municípios que atingiram a meta – IDEB, Escolaridade Média da população de 18 a 29 anos por raça/cor, Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, Taxa distorção idade série, Taxa de abandono, Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade - Por raça/cor, Taxa de Reprovação, População de 15 a 17 anos que estão fora da escola e não concluíram o Ensino Médio, Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio, Porcentagem de estabelecimentos da rede pública do ensino médio e a Distribuição percentual dos jovens de

15 a 29 anos de idade por tipo de atividade: Só estuda, Estuda e Trabalha, Só Trabalha, Nem estuda, nem trabalha.

Tais indicadores foram utilizados, porque nesta pesquisa foram trabalhados os dados que não se referem a questões intraescolares, ou seja, gestão de infraestrutura. Esses dados são importantes, todavia este trabalho trata-se de uma monografia, com período para desenvolvimento de pesquisa e elaboração de monografia, insuficiente para uma abordagem tão ampla.

Por esse motivo optou-se por focar nos indicadores correntemente utilizados na literatura especializada na investigação e discussão da qualidade de ensino. Na verdade, houve a possibilidade de trabalhar tais dados, foram elaboradas tabelas e dados foram discutidos, porém ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi percebido que os novos dados não acrescentavam novos elementos para a compreensão da desigualdade educacional. Então foi dada prioridade aos dados apresentados, porque estes permitiam um debate mais sistematizado e problematizado, que inclusive, não provocasse certa profusão de números.

No que diz respeito ao recorte temporal abordado no estudo, utilizou-se prioritariamente, dados a partir do ano de 2003. O Ensino Médio foi inserido no âmbito da educação básica neste período, além do que essa época, diz respeito ao início do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva o que permite analisar também uma lógica de governo.

Como já foi dito, esse trabalho discute além da desigualdade regional na educação, a qualidade de ensino. O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é um dos principais indicadores que avalia a qualidade nesta etapa. Porém, não foi possível que tal indicador fosse utilizado nesta pesquisa por causa da dificuldade ao acesso desses dados, então se considerou que os dados levantados já eram suficientes para este estudo.

Para fazer a análise da situação do ensino médio, a partir dos indicadores apresentados e assim cumprir o objetivo deste trabalho que é investigar o panorama do Ensino Médio na Bahia consultamos a literatura especializada na área de educação, mais especificamente: Castro (2000), Medeiros e Oliveira (2014) além dos autores acima mencionados.

5 OS DADOS DA EDUCAÇÃO: BRASIL, NORDESTE E BAHIA.

Este capítulo apresenta um panorama do cenário atual do Ensino Médio no Brasil, sobretudo, a região Nordeste e o estado da Bahia que são o foco desta pesquisa.

Como já foi discutido ao longo do trabalho, expandir a educação com qualidade tem sido um dos maiores desafios no âmbito educacional, principalmente no que diz respeito ao Ensino Médio.

Apesar da expansão desta etapa de ensino ter sido crescente em todo o país, o aumento do número de matrículas não quer dizer que chegamos à democratização nesta etapa de ensino, pelo contrário, as desigualdades em relação ao acesso dos jovens ao Ensino Médio são cada vez mais evidentes tanto entre as grandes regiões, como entre os estados da Região Nordeste o pode ser visto na Tabela 1:

Tabela 1 - Distribuição da taxa líquida de matrículas no ensino médio, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2001 a 2013.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	38,4	41,0	44,4	45,3	46,6	48,0	48,8	51,2	51,6	52,0	54,4	55,5
Região Norte	28,3	31,0	34,5	29,0	31,8	35,6	37,8	40,4	40,2	42,6	43,9	46,5
Região Sudeste	49,8	53,8	57,1	59,2	59,0	59,3	60,0	62,7	61,3	59,4	62,8	62,8
Região Sul	48,0	50,1	51,8	53,2	53,3	53,9	52,9	55,4	56,6	53,9	55,2	57,7
Região Centro-Oeste	38,3	41,0	44,7	46,1	46,6	48,4	50,4	52,0	54,7	56,7	58,9	57,0
Região Nordeste	22,1	23,9	27,2	29,0	32,0	34,7	36,2	37,7	40,4	44,2	46,0	47,7
Maranhão	18,3	19,4	22,7	27,6	31,3	34,5	36,2	35,7	41,4	44,8	45,5	53,4
Piauí	22,7	16,1	26,8	24,3	27,8	33,8	33,6	36,8	36,5	41,6	45,4	46,1
Ceará	26,4	30,3	31,3	35,4	40,5	44,5	44,1	47,1	50,6	53,8	55,3	54,3
Rio Grande do Norte	30,9	30,9	34,7	35,8	39,3	35,3	39,9	35,9	42,0	47,7	45,0	43,2
Paraíba	19,7	19,7	23,1	25,0	24,6	30,4	32,9	37,9	37,8	43,6	44,2	44,9
Pernambuco	23,5	25,4	28,3	27,9	31,7	33,9	35,2	33,5	38,8	43,5	45,5	52,0
Alagoas	14,5	19,0	18,1	21,8	22,9	27,9	26,0	33,0	34,3	33,9	39,7	36,9
Sergipe	21,5	24,8	30,6	30,1	27,7	30,1	34,7	37,0	38,5	43,1	43,1	45,5
Bahia	21,1	24,1	27,3	28,5	31,7	33,0	35,3	37,2	37,6	40,8	43,3	42,9

Fonte: IBGE/Pnad: Elaboração Todos Pela Educação, 2015.

Esses dados são importantes porque informam o crescimento das matrículas de jovens entre 15 a 17 anos no ensino médio. A Taxa Líquida de Matrícula refere-se à proporção de jovens matriculados no Ensino Médio na faixa etária correspondente a essa etapa de ensino, excluindo situações de abandono, reprovação.

No que diz respeito às regiões, o Sudeste ocupa a melhor posição mantendo-se assim desde 2001 até o último ano analisado (2013), apresentando queda em 2011. Mesmo assim continuando em 1º lugar, seguido da região Sul que também evoluiu ao longo dos anos com pequenas quedas em 2007 e 2011 mantendo-se na mesma posição desde 2001.

As regiões com as menores taxas são a região Nordeste e Norte sendo que de 2001 a 2003 e de 2006 a 2008 e 2011, a primeira apresentou números melhores.

Em 2012 e 2013 a região Norte apresentou uma taxa maior que em anos anteriores, porém, ficou abaixo da região Nordeste nos referidos anos. Comparando as duas regiões (Norte e Nordeste), percebe-se que apesar de a Região Norte apresentar taxas maiores na maior parte dos anos analisados, a região Nordeste teve um crescimento mais estável, sem quedas no decorrer dos anos, diferente dos resultados oscilantes da primeira.

Nesta região os estados do Maranhão e Ceará, respectivamente, apresentaram o maior crescimento da taxa de matrícula durante o período analisado (2001 - 2013). Apesar de ser o maior estado da Região Nordeste, a Bahia teve uma evolução da taxa bastante lenta entre os anos, sofrendo com uma variação pequena e com uma queda em 2013.

Verifica-se como já foi dito anteriormente, que a Região Nordeste apresenta a mais intensa evolução na taxa de matrícula, todavia, deve-se ressaltar que esse crescimento não é suficiente para o acesso de grande parcela da população jovem nordestina. Afinal, até 2013 mais da metade da população jovem nordestina ainda não estava matriculada no ensino médio. Esse fenômeno também é comum à Região Norte.

As Regiões Sul e Sudeste apresentam os melhores indicadores para taxa de matrícula líquida. Nessas regiões, em 2002, mais da metade dos jovens já frequentavam o ensino médio. Na Região Centro-Oeste, essa marca só foi alcançada em 2007.

Esses dados informam a disparidade entre as regiões na qualidade de acesso dos jovens ao ensino médio. As tabelas seguintes confirmam a desigualdade entre os melhores indicadores das regiões Sul e Sudeste, em contraste com os da região Norte e Nordeste. Essa desigualdade manifesta diferenças nas condições socioeconômicas, que impactam no acesso ao direito da educação, entre outros.

Especificamente no caso da região Nordeste, os dados da Tabela 1, assim como os das seguintes, revelam a fragilidade dos indicadores do estado da Bahia. A princípio, pode-se argumentar que a desigualdade entre as regiões pode apontar os efeitos da concentração da riqueza do país, uma vez que os estados do Sul e Sudeste, em melhores condições econômicas, podem desenvolver melhores serviços de educação do que no Nordeste.

Todavia, a combinação dos frágeis indicadores em educação da Bahia com o fato de esse estado ser a liderança econômica no Nordeste impede a tentativa de se remeter automaticamente riqueza à qualidade na oferta da educação pública. Isso poderá ser constatado nos positivos indicadores do estado do Ceará, com economia menos pujante que a

baiana, mas uma liderança na região na oferta de educação pública. Em relação à taxa de matrícula líquida, por exemplo, a média do Ceará se aproxima das médias das regiões Sul e Sudeste. Vale ressaltar também, a situação mais positiva de Pernambuco em comparação com seus vizinhos nordestinos.

Tabela 2 – Distribuição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referentes ao ensino médio, nas diferentes redes, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2002 a 2013.

	2002			2007			2009		
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Total	Rede Pública	Rede Privada	Rede Total	Rede Pública	Rede Privada	Rede Total
Brasil	3,0	5,6	3,4	3,2	5,6	3,5	3,4	5,6	3,6
Região Norte	2,7	5,0	2,9	2,7	5,1	2,9	3,1	5,4	3,3
Região Sudeste	3,2	5,7	3,6	3,4	5,7	3,7	3,5	5,6	3,8
Região Sul	3,4	5,6	3,7	3,6	5,6	3,9	3,8	5,6	4,1
Região Centro-Oeste	2,9	5,7	3,3	3,0	5,5	3,4	3,2	5,8	3,5
Região Nordeste	2,7	5,2	3,0	2,8	5,1	3,1	3,1	5,2	3,3
Maranhão	2,4	4,6	2,7	2,8	4,7	3,0	3,0	4,8	3,2
Piauí	2,3	5,4	2,9	2,5	5,1	2,9	2,7	5,7	3,0
Ceará	3,0	5,5	3,3	3,1	5,2	3,4	3,4	5,5	3,6
Rio Grande do Norte	2,6	5,1	2,9	2,6	5,3	2,9	2,8	4,4	3,1
Paraíba	2,6	5,0	3,0	2,9	5,1	3,2	3,0	5,4	3,4
Pernambuco	2,7	5,3	3,0	2,7	5,3	3,0	3,0	5,5	3,3
Alagoas	2,8	4,4	3,0	2,6	4,7	2,9	2,8	4,6	3,1
Sergipe	2,8	5,5	3,3	2,6	5,0	2,9	2,9	5,0	3,2
Bahia	2,7	5,3	2,9	3,2	5,5	3,0	3,4	5,6	3,3

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

Tabela 2.1 – Distribuição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referentes ao ensino médio, nas diferentes redes, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2002 a 2013 (continuação).

	2011			2013		
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Total	Rede Pública	Rede Privada	Rede Total
Brasil	3,4	5,7	3,7	3,4	5,4	3,7
Região Norte	3,1	5,2	3,2	3,0	5,0	3,1
Região Sudeste	3,6	5,8	3,9	3,6	5,4	3,9
Região Sul	3,6	5,7	4,0	3,7	5,4	3,9
Região Centro-Oeste	3,3	5,6	3,6	3,3	5,6	3,6
Região Nordeste	3,0	5,4	3,3	3,0	5,4	3,3
Maranhão	3,0	5,7	3,1	2,8	5,4	3,0
Piauí	2,9	5,6	3,2	3,0	5,5	3,3
Ceará	3,4	5,9	3,7	3,3	5,3	3,6
Rio Grande do Norte	2,8	5,1	3,1	2,7	4,8	3,1
Paraíba	2,9	5,3	3,3	3,0	5,1	3,3
Pernambuco	3,1	5,5	3,4	3,6	5,2	3,8
Alagoas	2,6	4,9	2,9	2,6	4,7	3,0
Sergipe	2,9	4,8	3,7	2,8	4,8	3,2
Bahia	3,3	5,3	3,2	3,4	5,5	3,0

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

O IDEB é um indicador introduzido em 2007, calculado para os anos iniciais do ensino fundamental, os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, criado para medir de forma objetiva a qualidade da educação básica sintetizando os resultados do Sistema Educacional da Educação Básica (Saeb) e da Prova Brasil.

Para o ensino médio, o Inep divulga apenas dados estaduais com base no Saeb. O índice é o resultado da combinação de dois outros indicadores: a) pontuação média dos estudantes em exames padronizados ao final de determinada etapa da educação básica (4^a e 8^a

séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) e b) taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino.

Um aspecto que chama atenção na Tabela 2 é a diferença entre índices da rede pública e privada, esclarecendo a maior fragilidade da rede pública. Em toda a série, a rede privada conta com melhores índices. Porém, nos últimos anos, os índices da pública se elevam e os da privada têm leve queda. Esse movimento não equaliza os resultados de ambas, a rede privada ainda segue superior, mas deve-se reconhecer a evolução da rede pública. De qualquer modo, vale destacar que somente estudantes com melhor renda têm condições de pagar a escola privada e, assim, aproveitar dos melhores rendimentos dessa rede.

Como na Tabela 1, os resultados para Norte e Nordeste são os mais frágeis. Todavia, deve ser ressaltado que, no caso específico da rede privada, não é verificada desigualdade relevante entre as regiões. Chama atenção a discrepância nos índices da rede pública e privada nos estados do Maranhão e Piauí, indicando que nessas localidades, a qualidade da rede pública deve ser débil.

Essa desigualdade ocorre nos índices da rede pública. Isso permite desconfiar de que a desigualdade entre as regiões se concretiza, principalmente, entre a população de menor renda. Pois os estudantes de melhor renda, que podem frequentar a rede privada, dispõem de escolas com bons índices em qualquer região do país. É o que podemos perceber a partir da análise da tabela abaixo:

Tabela 3 – Distribuição percentual dos estudantes da rede pública e da rede particular, no ensino médio, segundo os quintos de rendimento mensal, Brasil, 2013.

Quintos de Rendimento Familiar Mensal	Rede Pública	Rede Particular
1º quinto	24,5	3,7
2º quinto	26,5	8,2
3º quinto	21,8	11,8
4º quinto	19	24,1
5º quinto	8,2	52,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, PNAD, 2013.

O quinto diz respeito a uma estratégia de avaliação mais minuciosa que consiste em tomar diferentes partes das distribuições de rendimentos e examinar suas características. No caso, as distribuições foram divididas em cinco partes ou quintos (IBGE, 2013). A Tabela 3 possibilita visualizar a concentração da população de baixa renda nas escolas da rede pública. Em contraste, as famílias com renda mais elevada se concentra na rede particular:

O último quinto se compõe de indivíduos com melhor renda, mais da metade deles estava na rede particular. Já os primeiros quintos, com menor renda, se aglutinam na rede pública. Desse modo, os mais baixos índices da rede pública impactam, principalmente, sobre as famílias de baixa renda. Ou seja, há uma associação entre concentração de famílias de baixa renda e escola pública e, ainda, frágil desempenho escolar. Esse fato deve ser considerado nas ações de governo voltadas para o ensino médio, com destaque para a rede pública. Essas ações devem considerar, ainda, que nas Regiões Norte e Nordeste esses problemas são ainda mais graves.

A tabela 4 indica que as Regiões Norte e Nordeste são as com menor porcentagem da população em escolas privadas. Em todas as regiões, os estudantes da rede pública superam os da privada numericamente, mas nessas duas regiões a distância é maior:

Tabela 4 – Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino médio, por tipo de rede, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2013.

Grandes Regiões	Rede Pública	Rede Privada
Brasil	86,6	13,4
Norte	94,6	7,4
Sudeste	84	16
Sul	86,2	13,8
Centro-Oeste	85,1	14,9
Nordeste	88,8	11,2
Maranhão	93,2	6,8
Piauí	88,5	11,5
Ceará	88,3	11,7
Rio Grande do Norte	90,7	9,3
Paraíba	82,9	17,1
Pernambuco	87,1	12,9
Alagoas	86	14
Sergipe	84,6	15,4
Bahia	89,9	10,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, PNAD, 2013.

Isso indica que a dependência da população em relação às escolas públicas também é maior. Se a Tabela 3 permite compreender que o maior público da rede privada é o das famílias com maior renda, o cotejo dos dados da Tabela 4 indica que o grupo da população com maior renda no Norte e Nordeste é menor do que nas outras regiões.

Na Tabela 2 observa-se que os resultados do IDEB da rede privada são superiores ao da rede pública em todo país e que a desigualdade entre as regiões se concentra nos indicadores da rede pública. Porém, em relação à rede privada, não se verifica desigualdade relevante entre as regiões. Isso aponta para o fato de que a maior desigualdade ocorre entre os frequentadores da rede pública, que é a população com menor renda.

Entre os estudantes com renda mais elevada, o desempenho é semelhante em todo o país, ou seja, os estudantes com maior renda não experimentam o fenômeno da desigualdade regional de modo significativo. Não deixa de ser intrigante a menor densidade de frequentadores de escolas privadas nas regiões Norte e Nordeste, isso porque na medida em que essa população é pouco numerosa, os estudantes do Norte e Nordeste em escolas com bom desempenho formam um grupo pequeno.

Logo, o grupo dos estudantes que não experimentam as desigualdades regionais em relação ao desempenho escolar é bem reduzido em relação ao total da população dessas regiões. Ou seja, frequentar a escola privada nas regiões Norte e Nordeste sugere um privilégio ainda mais restrito do que na região Sudeste, por exemplo, que apresenta a mais elevada proporção de jovens na rede privada do país.

No que diz respeito às metas do IDEB as regiões Sudeste e Centro Oeste ocupam as melhores posições. Analisando a Tabela 5 se percebe que nos anos iniciais (quando o estudante está saindo do fundamental e cursando o 1º ano do Ensino Médio) a porcentagem de municípios que alcançaram a meta é muito maior do que as que não alcançaram (mais da metade em todas as regiões).

Tabela 5 – Distribuição dos municípios, em números absolutos e porcentagem, de municípios que atingiram a meta do IDEB, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2013.

Grandes regiões e Estados	Rede Pública - Anos Iniciais						Rede Pública - Anos Finais					
	2013		2013		Não Divulgado		2013		2013		Não Divulgado	
	Sim	%	Sim	%	Sim	%	Sim	%	Sim	%	Sim	%
Brasil	3797	69	1506	27	225	4	2125	38	3253	59	182	3
Região Norte	265	59	178	40	7	2	107	24	340	76	3	1
Região Sudeste	1264	76	368	22	36	2	881	53	761	46	26	16
Região Sul	864	75	177	15	111	10	256	22	859	73	69	6
Região Centro-Oeste	405	87	51	11	11	2	308	66	149	32	9	2
Região Nordeste	999	56	732	41	60	3	573	32	1144	64	75	4
Maranhão	56	26	148	68	13	6	34	16	167	77	16	7
Piauí	107	48	99	45	16	7	71	32	140	63	11	5
Ceará	174	95	10	5	0	0	138	75	46	25	0	0
Rio Grande do Norte	101	61	62	37	4	2	40	24	112	67	15	9
Paraíba	145	65	66	30	11	5	74	33	143	64	6	3
Pernambuco	113	61	70	38	2	1	95	51	87	47	3	2
Alagoas	45	44	56	55	1	1	12	12	87	85	3	3
Sergipe	34	45	37	49	4	5	5	7	65	87	5	7
Bahia	224	54	184	44	9	2	104	25	297	71	16	4

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

A situação é totalmente oposta nos anos finais quando os estudantes estão prestes a concluir o ensino médio: a porcentagem de municípios que não alcançaram a meta é maior do que as que alcançaram entre as regiões, exceto no Sudeste e Centro-Oeste que não seguiram esta tendência.

Essas regiões são as únicas em que mais da metade dos municípios atingem a meta nos anos finais; em todas as outras, mais da metade não alcança a meta nesse estágio. Mesmo assim, a porcentagem de municípios que não atingiram a média é muito alta (quase a metade na região Sudeste), principalmente se comparado aos números dos anos iniciais do Ensino Médio.

Os estados da Região Nordeste seguem essa mesma tendência alarmante que chama a atenção para a qualidade do ensino nas redes públicas nesta fase. Inclusive no estado da **Bahia** onde 54% dos municípios atingiram a meta nos anos iniciais, porém apenas 25% dos municípios atingiram nos anos finais.

Para os anos finais, os índices baianos estão abaixo da média do Nordeste, porém, são melhores do que muitos estados vizinhos. Mas vale ressaltar que mais de 70% das escolas públicas não alcançam resultados positivos. Trata-se de rendimento baixo.

Em contraste, o resultado do Ceará, para os últimos anos, é bastante positivo, superior à meta das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Chama atenção o fato de que o alto índice do Ceará eleva a média do Nordeste. Não fossem os resultados do Ceará, a média nordestina seria inferior.

O estado de Pernambuco também tem dados exitosos para o último ano do ensino médio. Novamente, constata-se que, além da desigualdade entre regiões, verifica-se a desigualdade intra-regional, que não se explica somente por concentração de riqueza entre estados. Pois se assim o fosse, o estado da Bahia deveria ter os melhores índices do Nordeste.

A Tabela 5 permite verificar a distribuição do êxito dos estados em relação à meta do IDEB por todo o território, desvendando possível concentração em algumas escolas bem-sucedidas, cuja média elevada poderia contaminar os resultados da média geral. Além disso, a Tabela 5 também informa sobre o gargalo que existe no ensino médio. Isso porque, no primeiro ano, é ofertado acesso à boa parte da população.

Todavia, a maioria dos ingressantes não consegue atingir bom desenvolvimento ao longo de todo o ciclo do ensino médio, já que o desempenho nos anos finais cai dramaticamente. Conclui-se assim, que a maior parte da população jovem não desfruta de condições mínimas para o bom aproveitamento dessa etapa, indicando o comprometimento na formação da juventude e problemas que devem ser enfrentados pelos governos.

As informações sobre distorção idade-série permitem reconhecer a quantidade de jovens que enfrentam problemas para obter bom desempenho no ensino médio. Este indicador diz respeito à idade prevista para a série que o aluno deveria estar matriculado. É feito um cálculo entre a idade do aluno e o ano que ele está cursando. Se a diferença for de mais de dois anos, significa que ele está retido em uma determinada série. Somente em poucos casos os problemas são individuais, na maioria dos casos eles se relacionam a dificuldades socioeconômicas, culturais, ambientais, etc.

Tabela 6 – Distribuição da taxa de distorção idade-série de estudantes de ensino médio, segundo Grandes Regiões e Unidades Federativas da Região Nordeste, 2001 a 2014.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	50,8	50,4	45,9	44,4	42,6	—	42,5	33,7	34,4	34,5	32,8	31,1	29,5	28,2
Norte	72,6	70,1	69	68,3	65,3	—	60,5	44,4	48,5	50	48,3	47	45,2	44,1
Sudeste	44,1	42	36,9	34,3	31,7	—	31,1	28,4	26,4	26,2	24,9	23	21,6	25
Sul	34,6	31,3	29,2	27,1	24,4	—	28,4	27,4	25,9	24,6	23,6	23,3	22,6	21,7
Centro-Oeste	51,4	48,9	46	41,1	41,2	—	39,5	34,4	33,9	33,2	31,1	30,5	29	27,7
Nordeste	67,4	67,9	62,3	62,4	61,9	—	59,5	40,5	45,1	46,6	44	41,8	39,4	38
Maranhão	67,5	78,1	52,2	66	64,8	—	61,8	41,2	45,5	48,3	45,3	42,8	40,6	39,1
Piauí	72,4	70,2	71,4	69,6	70,6	—	69,6	48,1	54,8	56,7	52	48,4	44,9	44,2
Ceará	60,2	56	55,2	52,1	49,9	—	46,7	31,1	34	34,7	32,8	31,1	30,3	29,7
RioG.Norte	67,5	62	60,6	60,4	57,5	—	57	38	43,6	45,4	44	43,5	43	42,7
Paraíba	65,3	63,9	61,9	61,2	61	—	58,3	36,8	40,1	41,7	39,2	37,6	35	33,8
Pernambuco	65,1	63	58,7	57,3	60,6	—	61	43	48,4	49,1	44,3	39,9	36,4	33,9
Alagoas	70,6	69,1	64,8	69	68,7	—	66,1	41,9	47,2	49,4	47,8	45	42,1	40
Sergipe	69,6	—	68,4	67,4	63	—	62,9	42,6	47,1	51,6	48,1	45,8	43,6	42,6
Bahia	71,3	70,3	67,6	66,9	66,3	—	61,3	43,1	47,9	49,7	48,5	47,3	44,7	43,1

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

A Região com a taxa de distorção mais alta é a Norte. Em 2001 esta região chegou a 72,6 e 14 anos depois mantém a taxa mais alta comparada às demais regiões (44,1). Seguido a região Norte vem à região Nordeste com o maior índice apesar de a taxa ter caído mais que a metade comparada a 2001.

O Sul é a região com os menores índices seguido da região Sudeste. Percebe-se que apesar da variação dos índices ao longo do período analisado (2001-2014) o cenário permanece o mesmo.

O Ceará é o estado com a menor taxa de distorção idade/série desde 2004; o Piauí a maior taxa desde 2003. O estado da Bahia tem uma queda bastante alta da taxa de distorção de 2007 -2008, porém esta taxa volta a crescer nos anos seguintes e permanece assim, até 2013, quando volta a cair.

Os dados de distorção idade/série manifestam questões da sociedade que dificultam a permanência do jovem na escola. Desse modo, trata-se de indicador importante para compreender as formas de oferta da educação pelo governo, que não se limitam apenas aos temas exclusivos da escola, mas, sobretudo, aos fatos da sociedade, da qual a escola é parte.

Alguns desses problemas podem estar ligados à necessidade de o jovem ter que trabalhar em longa jornada, ter que contribuir financeiramente no orçamento doméstico, ter que desenvolver afazeres domésticos, ou gravidez precoce no caso feminino, além de desinteresse pelos estudos, em virtude de falta de perspectiva com o certificado escolar ou profunda falta de identificação com a escola.

De modo geral, verifica-se que os dados sobre distorção melhoraram muito em treze anos em todo o país. No início do século XXI, apenas nas regiões Sul e Sudeste as taxas eram inferiores a 50%. Em todas as outras regiões, mais da metade dos estudantes de ensino médio frequentava série não acertada para sua idade.

Atualmente, apenas a região Norte e estados do Nordeste, especificamente Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Piauí ainda apresentam índices pouco abaixo de 50%, revelando que quase a metade desses jovens enfrentam dificuldades na sua formação no ensino básico. Trata-se de problema que pode afetar o próprio desenvolvimento socioeconômico desses estados e região, pois o desempenho profissional, social, político dos jovens poderia ser mais aprimorado, o que seria positivo para esses cidadãos e para a sociedade em geral.

A taxa de distorção pode ser combinada com a de abandono, pois ambos os problemas podem ter motivos comuns e apontam para questões que devem ser alvo da ação dos governos. Taxa de Abandono refere-se aos alunos que estão matriculados, porém deixaram de frequentar o curso. Diferente de evasão em que o aluno não chega a fazer a matrícula.

Tabela 7 – Distribuição da taxa de abandono do ensino médio, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2001 a 2013.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	10,3	10,8	9,4	10,5	10,3	15,3	13,2	12,8	11,5	10,3	9,5	9,1	8,1
Norte	–	14,4	14,5	16,2	15,9	20,8	16,4	17,5	16,4	14,7	13,9	13,8	13,4
Sudeste	9,3	10,9	7,4	7,9	7,5	10,9	8,9	8,3	7,4	7,1	6,8	6,3	5,9
Sul	9,5	–	8,4	8,7	8,6	13,2	10,2	10,6	9,2	8,3	7,9	9,1	7,5
Centro-Oeste	12,3	12,1	11,9	13,7	12,7	17,6	14,6	14	12	10,7	8,6	9,2	8,4
Nordeste	–	9,6	11,2	13,2	13,1	20,1	19,3	18,1	16,4	14,2	13,3	12,5	9,7
Maranhão	8,4	6,5	11,7	13,9	11,3	18,5	17,5	16,2	13,8	14,7	13,7	12	10,9
Piauí	7,6	9,2	9,9	11,7	14,2	21,9	19,7	22,2	20,2	16,7	15,5	16,9	13,4
Ceará	–	9,5	9,6	11,1	11,1	17,6	14,7	13,8	13	10,6	11,5	9,7	8,5
RioG.Norte	11	11,7	14,6	15,9	15,8	23,6	24,2	22,7	20,9	17,3	19,3	16,7	14,3
Paraíba	9,7	10	10	11,5	11,7	19,3	18,9	18,8	17,8	17,4	16,3	14,9	12,7
Pernambuco	–	–	11,7	13,7	14,8	20,3	22	18	14	11,1	10,1	7,4	4,7
Alagoas	12,6	11,4	11,6	–	13,1	20,3	19,9	17	19,2	17,8	18,7	18,2	14,9
Sergipe	9,3	–	10,6	16,4	13,1	20,4	18,3	18,4	16,2	15,5	13,2	13,7	12,9
Bahia	11,1	10,3	–	13,4	13,5	20,9	19,9	19,8	18,5	15,7	12,5	14,1	8,6

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

Percebe-se queda na taxa de abandono no país, porém, vale destacar que não houve um movimento constante de queda. Na verdade, no meio da década houve elevação no abandono, com recente queda.

Essa inconstância não indica processo consolidado de superação do abandono escolar no ensino médio. A associação da distorção idade-série com o abandono sugere que essa etapa do ensino no país ainda requer ações para aprimorar a oferta de educação com qualidade para os jovens.

A região Sudeste é a que apresenta movimento mais consistente na queda da taxa de abandono. No Nordeste, o estado de Pernambuco conseguiu resultado muito positivo nos últimos anos da série, com índice inferior à média da região Sudeste. O Ceará também apresenta resultado positivo no Nordeste.

Mas aqui merece destaque o caso da Bahia, pois, após longa série de elevado índice de abandono, surpreendentemente atinge bom resultado em 2013, com queda impressionante em relação a 2012. Antes dessa abrupta queda, os índices baianos sempre foram superiores à média nordestina. De modo geral, deve-se destacar que a média da região Norte e de muitos estados do Nordeste são até duas vezes superiores à média das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mais uma vez registrando a desigualdade regional no acesso à educação.

Tabela 8 – Distribuição da taxa de abandono, em porcentagem, dos estudantes do ensino médio da rede pública, por série, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste.

	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Brasil	11,4	10,6	8,5	8,2	6,4	6,0	6,6	6,0
Região Norte	17,2	16,9	13,7	13,6	11,0	10,8	3,4	4,7
Região Sudeste	8,6	7,5	6,5	6,2	4,5	4,1	11,8	8,5
Região Sul	11,0	9,9	7,8	7,8	5,5	5,6	4,1	4,7
Região Centro-Oeste	12,6	11,4	8,4	7,7	6,4	6,3	7,3	4,8
Região Nordeste	13,3	13	10,3	9,6	7,9	7,3	3,9	4,9
Maranhão	13,6	12,5	11,4	10,1	8,7	7,5	11,6	9,4
Piauí	19,3	19,5	14,0	14,7	10,3	11,1	4,6	4,3
Ceará	12,3	11,6	9,0	8,3	6,3	5,7	7,4	2,3
Rio Grande do Norte	20,5	14,5	15,7	10,8	12,1	7,9	2,0	1,3
Paraíba	18,9	19,5	13,8	12,9	10,1	9,5	7,3	7,8
Pernambuco	6,3	4,5	4,1	2,7	5,4	3,2	2,3	3,3
Alagoas	21,2	19,9	16,6	15,3	12,1	11,6	3,3	3,8
Sergipe	19,0	20,1	14,8	15,8	10,2	10,9	5,3	0,0
Bahia	10,8	13,3	9,2	10,3	7,3	8,5	3,4	6,0

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2015.

Com base na tabela pode-se verificar que na comparação entre as séries é no 1º ano, na transição entre o ensino fundamental e médio que a taxa de abandono é maior. As causas desse abandono se deve principalmente ao fato de que muitos jovens deixam a escola para trabalhar nesta faixa etária e também pelo desinteresse por um ensino nada atraente na maior parte das vezes desconectado com as perspectivas do jovem em relação ao futuro.

É nessa fase também que os problemas anteriores de formação do aluno ficam mais evidentes já que pra entender os novos conteúdos os alunos precisam de conhecimento prévio; domínio dos conteúdos apresentados no ensino fundamental. Do 1º ao 3º ano nos dois períodos analisados, a Região Norte possui a maior taxa de abandono. A menor taxa fica com a região Sudeste.

O abandono fortalece as conclusões sobre desigualdade regional e a fragilidade a que os jovens estão submetidos, por abandonarem os estudos, impedidos de concluir essa etapa dos estudos na idade acertada, com prejuízos para eles próprios e, inclusive, para a sociedade – no caso inclusive a baiana – já que se trata de contar com cidadãos que não alcançaram todo o desenvolvimento que poderia, caso pudessem concluir os estudos.

Tabela 9 – Distribuição percentual dos jovens entre 15 e 29 anos, por tipo de atividade, segundo as Grandes Regiões, 2013.

Regiões	Tipo de Atividade				Total
	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Nem Trabalha, Nem Estuda	
Norte	10,5	9,3	8,3	10,6	9,4
Nordeste	31,1	26,1	25,7	35,2	28,9
Sudeste	38,9	38,6	42,9	37,9	40,4
Sul	11,7	17,1	15,3	9,6	13,5
Centro - Oeste	7,7	8,9	7,9	6,7	7,7

Fonte: SIS/IBGE, 2014.

Os dados da Tabela 9 complementam as informações discutidas acima, pois revela o percentual do grupo de jovens que se mantém estudando, trabalhando ou não, e dos que abandonam os estudos.

Em primeiro lugar, pode-se observar o grande contingente de jovens nordestinos em relação às outras regiões. A população jovem do Nordeste é a segunda maior do país, atrás apenas da do Sudeste. Desse modo, conclui-se que os investimentos na área de educação são importantes na região, porque a população jovem é expressiva, indicando demanda para o setor.

Chama atenção à concentração de jovens no Nordeste – e também na região Norte – no grupo dos que nem estudam nem trabalham, indicando que muitos jovens nordestinos estão sem acesso a dois setores importantes para o desenvolvimento pessoal, econômico e social.

Tabela 10 – Distribuição do percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação do Nordeste.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	32,0	34,5	36,3	37,9	39,6	43,8	44,6	47,1	50,2	51,1	51,8	53,3
Região Norte	16,9	22,8	23,6	22,1	25,2	28,2	31,3	35,5	35,5	35,1	38,6	39,8
Região Sudeste	43,9	46,2	48,4	50,3	52,2	56,6	56,9	58,9	59,8	59,1	60,9	61,5
Região Sul	38,8	42,7	44,8	50,8	50,6	55,6	51,2	54,8	60,5	55,8	56,4	57,7
Região Centro-Oeste	27,8	34,7	35,3	38,1	40,2	41,5	45,2	48,0	49,5	58,4	51,4	53,9
Região Nordeste	17,0	17,2	18,8	21,4	23,2	26,9	28,7	30,8	37,1	41,4	41,9	44,2
Maranhão	11,7	24,2	18,2	23,0	23,2	19,8	25,6	29,7	34,9	35,0	38,2	41,2
Piauí	17,6	12,6	18,0	14,0	20,0	22,4	21,8	28,8	34,3	35,8	35,3	44,0
Ceará	21,0	21,2	22,3	28,9	29,0	30,5	35,4	41,1	41,1	55,8	52,2	53,6
Rio Grande do Norte	15,7	22,4	18,8	25,0	34,4	44,2	35,9	38,3	35,2	57,6	42,3	51,9
Paraíba	16,4	15,5	13,3	10,7	19,9	25,0	29,9	26,5	30,6	36,8	47,1	46,7
Pernambuco	21,5	16,0	22,8	24,3	25,9	28,9	30,7	30,9	40,7	41,5	44,8	48,2
Alagoas	14,7	4,9	12,5	13,0	15,2	20,8	13,2	18,1	37,3	33,7	35,8	37,5
Sergipe	19,8	14,6	23,5	17,6	23,1	32,5	20,5	35,9	32,4	37,0	41,4	40,0
Bahia	15,2	14,7	17,3	20,8	19,5	24,3	29,1	25,9	36,9	36,4	37,1	36,5

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

A tabela 10 revela a quantidade de jovens brasileiros conseguem concluir o ensino médio no tempo acertado para a idade. Aos 19 anos o jovem já deve ter concluído essa etapa dos estudos. A série histórica informa a elevação do contingente de jovens que concluem o ensino médio. Porém, apenas no final da primeira década do século XXI, a metade dos jovens passou a concluir o ensino médio.

A média brasileira foi puxada para baixo principalmente pelos índices do Nordeste, seguidos pelos da região Norte. Pois, nas regiões Sul e Sudeste, desde o fim da primeira metade do século XXI, a metade dos jovens já concluíam o ensino médio. A Tabela 9 revela que ainda hoje mais da metade dos jovens nordestinos e nortistas seguem sem completarem essa etapa dos estudos.

Especificamente na região Nordeste, deve ser destacado os casos de Ceará e Rio Grande do Norte, que contrastam com os resultados de seus vizinhos. Esse último apresenta uma trajetória inconstante com elevação e imediata queda dos índices. Porém, o Ceará registra movimento consolidado de elevação da população jovem que conclui o ensino médio.

A juventude baiana apresenta dificuldades para concluir o ensino médio na idade acertada. Verifica-se que mais de 60% dos jovens baianos com 19 anos não completaram o ensino médio. Trata-se de grupo numeroso, principalmente em virtude da importância desse nível de ensino para a participação do cidadão na sociedade e no mercado de trabalho.

Tabela 11 – Distribuição percentual das escolas da rede pública de ensino médio com acesso à água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra e laboratório de ciência, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2013.

	Energia elétrica	Esgoto Sanitário	Acesso a água tratada	Banda Larga	Biblioteca ou sala de leitura	Quadra	Laboratório de Ciências
Brasil	99,9	58,6	97,7	79,1	87,7	75,5	44,4
Região Norte	99,0	13,4	91,6	55,4	80,6	65,5	35,4
Região Sudeste	100,0	85,3	99,8	84,9	92,0	87,1	39,2
Região Sul	100,0	51,1	94,5	84,7	96,3	88,5	73,4
Região Centro-Oeste	99,9	34,3	97,0	81,9	81,0	72,8	28,2
Região Nordeste	99,9	44,7	99,0	73,7	79,4	52,9	40,7
Maranhão	99,6	11,5	98,3	54,7	53,9	29,9	25,3
Piauí	99,8	16,8	98,4	75,6	75,8	49,5	25,0
Ceará	100,0	60,8	99,8	80,1	91,2	76,0	76,5
Rio Grande do Norte	100,0	34,4	100,0	75,7	95,1	43,9	64,3
Paraíba	100,0	52,4	99,2	75,7	82,2	49,4	36,6
Pernambuco	100,0	60,3	98,8	76,6	93,7	58,1	39,7
Alagoas	100,0	33,8	97,7	70,4	76,5	30,0	55,9
Sergipe	100,0	45,8	99,4	84,5	76,8	56,0	33,9
Bahia	100,0	62,6	99,1	78,7	78,1	62,0	33,6

Fonte: Observatório do Plano Nacional de Educação, 2015.

A Tabela 11 traz um panorama da infraestrutura das escolas públicas. As questões socioeconômicas são centrais para o desempenho dos estudantes o que escapa à ação das escolas. Porém, escolas com frágil infraestrutura podem contribuir para agravar os problemas dos jovens.

A tabela permite observar que energia elétrica é elemento comum às escolas do país em geral, assim como o acesso à água tratada. O esgoto sanitário é item menos desenvolvido, a região Sudeste tem o melhor índice e a Bahia, acompanhada do Ceará e Pernambuco, se destaca no cenário nacional. Esses itens são relevantes para oferecer ambiente saudável para os estudantes.

A biblioteca e sala de leitura são comuns à boa parte das escolas, inclusive as da Bahia, assim como a banda larga. Esses dois itens são importantes para garantir ambiente de pesquisa e estudos para os jovens. Todavia vale ressaltar que esses itens dependem de outros, como livros, material impresso em geral, assim como computadores. A quadra de esporte é menos comum do que a biblioteca.

Porém, o item laboratório de ciências é o mais frágil de todos, com destaque para a Bahia, com pouco mais de 30% de suas escolas equipadas. O laboratório é item relevante para a experiência prática dos estudantes nas ciências da natureza.

5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados das tabelas aponta a fragilidade da qualidade dos indicadores – e consequentemente do processo de aprendizagem – do ensino médio no Brasil, destacando a desigualdade verificada nas regiões Norte e Nordeste, em relação às outras.

Contudo, não é possível ignorar os avanços recentes. Assim, mais do que lamentar a permanência de problemas, parece importante aprender com os avanços e os obstáculos que ainda persistem, para, então, refletir sobre saídas.

Em sua análise sobre as desigualdades regionais nos indicadores de educação na década de 90, Castro (2000) explica o efeito da universalização sobre o desempenho nas diferentes regiões. A autora destaca que a universalização do acesso à educação básica, naquele período, provocou efeitos diferentes nas regiões, isso porque no Sul e o Sudeste já havia um processo mais intenso de ampliação da oferta do acesso aos estudantes, diferentemente das regiões Norte e Nordeste.

Em consequência, os indicadores do Sul e Sudeste eram melhores do que do Norte e Nordeste, que ainda se organizavam na expansão de matrículas. Essa mesma autora ainda destaca o impacto do fator demográfico, porque no Norte e Nordeste a proporção da população em idade escolar era muito significativa em relação às outras. Esse grande contingente, claro, provoca impacto nos indicadores escolares.

Após duas décadas, as conclusões da autora ainda parecem explicar aspectos verificados nesta monografia. Isso porque, na atualidade, a etapa em processo de universalização é o ensino médio. As tabelas revelam que nas Regiões Sul e Sudeste a expansão dessa etapa já estava mais adiantada do que no Nordeste e Norte, portanto, alguns problemas já resolvidos pelas primeiras ainda estão sendo experimentados pelas últimas.

Além disso, destaca-se que a população de jovens do Nordeste é elevada. Esse é o principal grupo demográfico da região e impacta na média do grupo dos jovens na população total do país. Sendo assim, parece possível que o predomínio de jovens sobre outros grupos tenha resultados nos indicadores do ensino médio, sobretudo se relacionarmos esse predomínio com a fase de expansão da oferta de acesso do ensino médio.

Por fim, ainda parece permanecer válida a observação de Castro sobre o fato de que o ensino médio espelha o desempenho da educação fundamental. Isso em virtude de a expansão do fundamental no Sul e Sudeste ter se concretizado mais enfaticamente pouco antes do Norte e Nordeste, é possível concluir que alguns problemas sérios relacionados ao ensino fundamental no Sul e Sudeste foram minimizados, deixando de refletir no ensino médio; em contraste, problemas ligados à expansão mais recente do fundamental no Norte e Nordeste ainda podem influenciar no ensino médio local.

Entretanto, não é possível ignorar a observação da autora sobre o êxito de alguns estados, cujos resultados superam a média regional, como o caso do Ceará. Castro atribuiu esse fato a ações de governos locais. O mesmo êxito verificado pela autora para o ensino fundamental na década de 90 no Ceará pode ser observado em relação ao ensino médio, nos últimos anos. Assim, parece importante considerar o papel das ações de governos estaduais no desempenho dos estudantes em geral. Se o Ceará tem destaque com os resultados de seus indicadores, no caso da Bahia o destaque se dá pelos frágeis resultados.

As desigualdades inter e inter-regionais de desempenho no ensino médio remetem às discussões realizadas pela literatura nacional. O clássico estudo de Valle e Hasenbalg (2000) destaca o papel dos elementos extraescolares no desempenho. Essa corrente teórica se inspira no pioneiro trabalho do norte-americano Coleman, sobre as desigualdades de acesso e desempenho nos Estados Unidos, na década de 60, que concluiu que o problema principal para a diferença de desempenho era extraescolar, ou seja, ligava-se a aspectos socioeconômicos.

Assim, estudantes oriundos de famílias com baixo capital econômico, cultural e social apresentavam mais dificuldades para atingir bom desempenho. Os problemas verificados no atual período de expansão do ensino médio no Brasil podem ser articulados com as reflexões dessa corrente teórica. Pois, no processo de inclusão de novos grupos sociais no ensino médio, ingressam jovens cujos pais têm poucos anos de estudo e, conseqüentemente, menos recursos para transmitir aos filhos na experiência escolar. Esse frágil capital cultural afeta o desempenho dos novos estudantes.

Medeiros e Oliveira (2014) relatam resultados de pesquisas internacionais indicando que com a expansão dos sistemas educacionais, há queda na desigualdade referente a anos de estudos, contudo, cresce aquela ligada à qualidade da educação, a qual reflete a origem social dos novos alunos. Segundo esses autores, a importância da origem social na desigualdade cresce conforme se avança no sistema educacional.

Os dados apresentados manifestam as dificuldades para os jovens em geral alcançarem as últimas séries do ensino médio, esclarecendo que boa parte dos estudantes abandonam os estudos nas primeiras séries. Os problemas de retenção, distorção idade-série e outros contribuem para a desistência. Os índices da rede privada do IDEB superam os da rede pública, na qual estão concentrados os grupos de menor renda.

Esse cotejamento de indicadores denota a repercussão das questões socioeconômicas. As desigualdades socioeconômicas no país, que refletem no desempenho escolar, são traduzidas na tabela 12:

Tabela 12 – Distribuição de arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectivamente, por classes de rendimento mensal familiar per capita, salário mínimo, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2013.

Grandes regiões	Total (1.000 arranjos)	Até ¼ S.M.	mais de ¼ até ½ S.M.	Mais de ½ até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.
Brasil	68.376	6,4	13,7	27,4	26,2
Região Norte	5.170	11,5	21,5	29,1	19,9
Região Sudeste	29.544	2,7	9,6	25,7	30
Região Sul	10.360	2,2	7,8	24,6	34,1
Região Centro-Oeste	5.197	2,6	10,9	28,2	28
Região Nordeste	18.104	14,5	22,3	31,1	16,9
Maranhão	1.961	21,2	22,1	28,4	15,2
Piauí	1.030	15,5	24,1	32,7	16,8
Ceará	2.822	15,6	22,2	31,8	16,5
Rio Grande do Norte	1.116	11,8	20,1	30,7	19,6
Paraíba	1.288	13,7	24,7	30,5	18,2
Pernambuco	3.026	11,7	21,2	32,7	18,5
Alagoas	1.027	16,3	24,8	30,4	13,5
Sergipe	741	10,9	25,2	32,3	16,4
Bahia	5.092	13,7	21,7	30,6	16,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 12.1 – Distribuição de arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectivamente, por classes de rendimento mensal familiar per capita, salário mínimo, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Nordeste, 2013 (Conclusão).

Grandes regiões	Mais de 2 a 3 S.M.	mais de 3 a 5S.M.	mais 5S.M.	Sem rendimento.	Sem declaração
Brasil	8,7	5,5	4,8	2,4	4,8
Região Norte	5,8	3,2	2,5	3,7	2,8
Região Sudeste	10,7	6,8	6,2	2,2	6,2
Região Sul	12,3	7,7	5,6	1,6	4,1
Região Centro-Oeste	9,9	6,7	6,8	2,3	4,6
Região Nordeste	4	2,5	2,3	2,9	3,5
Maranhão	3,3	1,7	1,6	3,3	3,3
Piauí	4	2,5	1,9	1,9	0,4
Ceará	3,3	2,1	1,8	3	3,6
Rio Grande do Norte	4,8	3,2	3,3	2,9	3,5
Paraíba	4,4	2,7	2,5	2,2	1,3
Pernambuco	4	2,3	1,8	2,6	5,2
Alagoas	3,6	2,5	1,5	4,8	2,6
Sergipe	5,2	2,8	2,6	2,2	2,4
Bahia	4,3	3	3	3	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Os dados da PNAD 2013 não deixam dúvidas sobre a violenta concentração de renda no país, que reflete, sem dúvida, nos indicadores referentes à rede pública. Os dados nacionais apontam a aglutinação da população nas faixas de meio a um salário mínimo e de um até dois salários mínimos.

Porém, especificamente nas Regiões Norte e Nordeste essa aglomeração ocorre na faixa de um quarto a meio salário mínimo e de meio a um salário mínimo, destacando que o agrupamento na faixa de até um quarto de salário mínimo nessas duas regiões é superior ao das outras. Em contraste, nas Regiões Sul e Sudeste o conjunto dos que recebem mais de 2 até 3 salários mínimos supera aqueles remunerados com até meio salário mínimo.

Em suma, os dados esclarecem que a concentração da população com menor renda é maior no Norte e Nordeste do que no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Essa concentração pode ajudar a compreender os frágeis indicadores de educação do Nordeste, em comparação com o Sul e Sudeste.

Contudo, se o acúmulo de grupos com menor renda é uma variável que pode contribuir para a fragilidade dos indicadores da educação, os resultados referentes à Bahia lançam dúvidas sobre possíveis limitações para esse argumento. Isso porque os resultados dos indicadores da educação da Bahia são frágeis, em alguns casos, inferior à média do Nordeste; entretanto, a distribuição da população por faixa de rendimento no estado registra situação mais positiva do que os outros estados nordestinos.

Dessa forma, o argumento de Castro sobre a magnitude das ações dos governos parece ganhar mais força. Os dados sobre a participação das regiões e dos estados nordestinos no PIB nacional fortalecem as contradições entre os frágeis resultados dos indicadores baianos de educação e a sua força econômica na região Nordeste e, inclusive, no país.

Tabela 13 – Distribuição da participação das Grandes Regiões e Unidades Federativas da Região Nordeste no PIB nacional, 2013, em reais.

GRANDES REGIÕES	TOTAL EM REAIS
Brasil	4.840.000.000
Região Norte	292.342.000
Região Sudeste	2.938.539.000
Região Sul	878.150.000
Região Centro-Oeste	484.615.000
Região Nordeste	722.809.000
Maranhão	67.593.000
Piauí	31.240.000
Ceará	108.796.000

Rio Grande do Norte	51.446.000
Paraíba	46.325.000
Pernambuco	140.728.000
Alagoas	37.223.000
Sergipe	35.193.000
Bahia	204.265.000

Fonte: IBGE, Contas Nacionais, 2013.

Os resultados desta pesquisa corroboram a existência de desigualdades regionais nos dados de desempenho escolar, insinuando diferenças na qualidade do sistema escolar. A Região Nordeste apresenta indicadores menos positivos que os das Regiões Sul e Sudeste. A literatura que investiga estratificação social e educação preconiza a associação entre as condições socioeconômicas e os índices de desempenho.

A aglomeração de população com menor renda no Nordeste, em comparação com o Sul e Sudeste pode manifestar relativa precisão do argumento. Não obstante, o fato de a Bahia ser o estado mais rico do Nordeste - ocupando a sétima posição entre os estados na participação no PIB nacional - e de a distribuição dos rendimentos entre os baianos ser menos frágil no confronto com os outros estados nordestinos – questiona a relativa conveniência dessa premissa.

De fato, o efeito da desigualdade das condições socioeconômicas impacta o desempenho escolar. Apesar disso, aspectos ligados às ações dos governos, inclusive elementos intra-escolares, também pressionam os resultados e devem ser considerados nas reflexões sobre os problemas da desigualdade regional e da qualidade de ensino.

Para escolas que congregam mais alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis é muito mais difícil atingir as metas associadas ao IDEB. Segundo Fernandes, 2007:

No Brasil, a questão do acesso está praticamente resolvida, uma vez que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Nosso problema ainda reside nas altas taxas de repetência, na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica e na baixa proficiência obtida por nossos estudantes em exames padronizados. (FERNANDES, 2007, p. 7).

As condições de infraestrutura também guardam relação significativa com o desempenho escolar:

Para terem seu direito educacional atendido, os alunos que trazem menos de casa precisam de escolas com melhor infraestrutura e mais focadas em suas necessidades de aprendizado. Nas séries iniciais do ensino fundamental, o efeito da infraestrutura

da escola no Ideb é bem maior do que nas séries finais (ALVES; SOARES, 2013, p. 191).

Uma possível explicação é que quanto mais se avança no sistema escolar e na idade dos alunos, mais as escolas precisam oferecer. A mesma infraestrutura que atende razoavelmente aos anos iniciais da escolarização parece não ter efeito equivalente no segmento seguinte, que envolve mais disciplinas escolares, mais professores especialistas e uma geração bem mais exigente e diversificada. Essa hipótese, entretanto, deveria ser também verificada a partir de outras pesquisas (ALVES; SOARES, 2013, p. 191).

Para Brandão (2011), investir na infraestrutura é de essencial importância na busca por reverter os principais problemas enfrentados no ensino médio:

(...) só um maciço investimento no ensino médio, no curto, médio e longo prazos, fará com que seja possível reverter às altas taxas abandono e repetência e, por consequência, no médio e longo prazos, também a elevada taxa de distorção na relação idade/série. Quando falamos em “maciço investimento” nos referimos a investimentos em infraestrutura, que se constitui em um aspecto fundamental, visto que “não há como ter qualidade em espaços precários”, mas também estamos nos referindo a investimentos em “projetos pedagógicos que atendam à diversidade cultural, étnica e de gênero, que assegurem acessibilidade, que sejam inclusivos e que ofereçam segurança”, tornando, assim, o ensino médio mais atraente para os jovens brasileiros, sejam eles trabalhadores ou não (idem, *ibid.*, p. 870). (BRANDÃO, p. 202, 2011).

Um motivo também apontado para a fragilidade dos resultados dos indicadores diz respeito à expansão das matrículas. A universalização do ensino fundamental produziu um grande aumento em relação ao número de matriculados o que teria causado a queda na proficiência dos alunos pelo fato destes passarem a competir em maior número pelos recursos do Estado.

No caso específico do Ensino Médio um dos principais problemas apontados é o fato de que os três últimos anos da educação básica são transformados boa parte das vezes em uma espécie de pré-vestibular com a única função de fazer com que os jovens tenham um bom desempenho em exames que são porta de entrada para o ensino superior como, por exemplo, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que por sinal, também é um indicador educacional para a avaliação desta etapa de ensino.

De acordo com Sposito e Souza (2014), o ensino médio precisa alcançar um equilíbrio entre a preparação para a educação superior e para o mercado de trabalho, possuindo assim as duas funções para que atenda as necessidades dos jovens que frequentam a escola pública.

Mas, o que podemos perceber é que o ensino médio não vem cumprindo ao menos a única função que tem desempenhado, pois por conta da baixa qualidade oferecida, os jovens não conseguem ingressar em cursos mais qualificados, fazendo com que a desigualdade no acesso a uma educação de qualidade no ensino médio se reflita também no ensino superior. O que resta a esses jovens são os cursos menos concorridos em instituições menos reconhecidas, ou como acontece na maioria das vezes, essas pessoas recorrem às instituições particulares com um preço acessível geralmente, de baixa qualidade.

Não é, portanto, nosso objetivo fazer uma generalização: os problemas de qualidade na educação pública, sobretudo no ensino médio são reais, mas apenas o fato de o aluno estudar em uma escola particular não garante que ele esteja recebendo ensino de qualidade, nem que ele vai ser um aluno de sucesso quando chegar ao nível superior; da mesma forma que o fato de o aluno ser oriundo de escola pública não determina que ele vá ser um aluno ruim quando chegar à universidade.

5.2 DESAFIOS

Um dos maiores desafios do ensino médio atualmente é fazer com que o jovem se sinta motivado a frequentar a escola. Em um período da vida de transição para a idade adulta o jovem possui muitos desejos, aspirações, novos desafios, um novo mundo a ser explorado onde com o avanço da tecnologia, o indivíduo tem acesso a uma enxurrada de informações e novos conhecimentos. O resultado é que o jovem perde o interesse de estar na escola principalmente em um modelo nem um pouco atrativo que constitui o ensino médio atual.

Além da escola não ser atraente, outro fator que desmotiva o jovem é a falta de perspectiva em relação ao futuro, devido à realidade social do país onde o ingresso no ensino superior não é uma possibilidade para a maioria e a entrada no mercado de trabalho é muito difícil já que, como foi discutido anteriormente o Ensino Médio não prepara para a vida profissional e os índices de desemprego no país são bastante altos especialmente nessa faixa etária.

Desde 2004, o Decreto n.5.154 estabelece a integração do ensino médio, mais especificamente, o ensino profissionalizante está articulado ao ensino tradicional. Desse modo, os jovens podem optar pela formação concomitante – ou subsequente - no ensino médio regular e profissional.

Trata-se de um avanço, considerando-se a clássica clivagem que marca a história do ensino médio no Brasil, que desde o seu início se viu marcado pelo ensino propedêutico, de um lado, e o técnico, de outro. Vale acrescentar que o ensino propedêutico sempre se voltou para a formação das famílias de renda mais elevada e o técnico atendeu, prioritariamente, os filhos dos trabalhadores. O primeiro se caracterizou por conteúdos humanísticos, contendo pouco ou nada de conhecimentos práticos; o segundo, atividades práticas, não reflexivas, para formar força de trabalho com certa qualificação, sem preocupação com a formação geral.

Essa combinação instalada com o decreto possibilita a superação de um ensino que pouco – ou nada – articula teoria à prática. Nesse novo modelo, o estudante pode optar pelo ingresso no ensino superior ou dedicar-se à uma ocupação especializada, na área de sua formação escolar. Contudo, essa articulação ainda não foi suficientemente desenvolvida, para oferecer oportunidades a todos os jovens do ensino médio no país.

As consequências desse cenário são os números alarmantes de abandono e reprovação escolar fazendo com que o aluno não conclua o ensino na idade esperada. Brandão (2011) atribui os altos índices de distorção idade/série “a uma organização didático-pedagógica que não contempla mais os anseios dos jovens, especialmente daqueles que, nessa idade, já são trabalhadores” (BRANDÃO, p. 202, 2011).

Nesse sentido Krawczyk (2011), afirma que:

Ainda que a escola não seja suficientemente atraente, o que não se pode ignorar, contudo, é o aumento do número de anos de escolaridade entre as gerações mais jovens brasileiras, embora estejamos aquém de outros países latino-americanos, uma vez que persistem distorções série-idade e taxas de analfabetismo funcional. Isso significa afirmar que o Brasil está agora diante de uma geração de jovens de baixa renda, mais escolarizada que seus pais, mas com muitas dificuldades para encontrar sentido na vida escolar, para pensar no mundo do trabalho a partir da escola e para conseguir trabalho (KRAWCZYK, 2013, p. 756).

Outra questão a ser considerada é o fato de que a escola ainda não dialoga com as novas tecnologias. De acordo com Krawczyk,

É comum encontrar argumentos bastante pessimistas sobre o potencial dos meios de comunicação, pois estes são vistos como a causa de muitos dos problemas sociais e, principalmente, daqueles apresentados pelos jovens (aumento da violência, do consumo de drogas, da gravidez das adolescentes e do desinteresse pela leitura). Os meios de comunicação são considerados todo-poderosos, enquanto os jovens são vistos como receptores passivos das mensagens (KRAWCZYK, 2013, p. 761).

O desafio da escola não é proteger os jovens desses recursos, mas sim prepará-los para abordar a experiência de interação com eles. Aprender a ler os textos midiáticos é condição necessária para a incorporação das novas gerações a um intercâmbio

cultural mais amplo e que permita a constituição ativa da cidadania (KRAWCZYK, 2013, p. 761).

A autora ainda argumenta que é necessário que a escola incorpore esses novos recursos que podem ser usados como ferramentas para que o jovem deixe de ser meros “espectadores passivos” em sala de aula e interaja com o conteúdo apresentado de forma crítica (KRAWCZYK, 2011).

Para Brandão (2011), o maior desafio no que diz respeito às políticas educacionais para o ensino médio é fazer com que o aluno retorne a escola e conclua com sucesso essa fase de escolarização:

Mas não estamos nos referindo a qualquer escola. Aquela a que nos referimos é uma escola que seja capaz de transmitir os conteúdos historicamente acumulados pela humanidade, em suas mais diversas manifestações, especialmente nas artes, nas ciências, nas línguas, na história, na tecnologia, no mundo do trabalho e na cultura, e que, ao mesmo tempo, seja capaz de compreender e interagir com os anseios e expectativas dos nossos jovens seja ela dirigida à qualificação para o trabalho ou ao prosseguimento dos estudos. Enfim, que seja uma escola socialmente inclusiva (BRANDÃO, p. 203, 2011).

Portanto, os governos podem e devem atuar no âmbito da escola, a fim de que, essas dificuldades sejam dribladas e seja possível oferecer uma educação com mais qualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão da educação no Brasil foi feito sem o devido cuidado o que acabou gerando como consequência vários problemas, inclusive desigualdades no sistema educacional. O Ensino Médio é a etapa de ensino que mais sofre com esses problemas enfrentando altos índices de abandono, distorção idade/série, problemas com aproveitamento escolar e qualidade de ensino além da já citada desigualdade em relação ao acesso.

Esses problemas são preocupantes, sobretudo na Região Nordeste especialmente se esses dados forem comparados com os índices das regiões Sul e Sudeste o que deixa clara a disparidade existente entre as regiões na qualidade de acesso dos jovens ao ensino médio. O objetivo deste trabalho foi investigar o panorama do Ensino Médio na Região Nordeste e, mais especificamente, no Estado Bahia, a partir dos dados de indicadores de qualidade educacional.

Para tanto, foi feito um estudo sobre os indicadores do ensino médio no Brasil, na região Nordeste e, especificamente, na Bahia, buscando reconhecer a situação da qualidade de

ensino no país, sobretudo, na Região e Estado citados, desvendando possíveis desigualdades na oferta dessa etapa de ensino.

Os resultados dos indicadores mostraram os índices frágeis que a Região Nordeste e a Bahia vêm apresentando nos últimos anos. Apesar do crescimento na taxa de matrícula, até 2013 mais da metade da população jovem desta região não estava matriculada no Ensino Médio, deixando claro mais uma vez que o aumento do número das matrículas não quer dizer democratização de acesso.

Os resultados também demonstraram que a fragilidade dos resultados no Estado da Bahia não guarda relação automática com a concentração de riqueza no país como acontece, por exemplo, com a Região Nordeste em relação ao Sul e Sudeste. As duas últimas regiões apresentam números melhores, em contraste com as primeiras, o que confirma o problema da desigualdade, e nesse caso o fato de as condições econômicas das regiões com os melhores índices serem maiores, pode imediatamente ser apontado como um dos motivos para que os resultados da região Nordeste serem tão inferiores.

O que não pode ser feito com relação à Bahia em comparação com os demais estados da região Nordeste já que o Estado é liderança econômica na região e teve uma evolução bem lenta, especialmente se comparado com o Ceará, estado com menores condições econômicas, mas que apresenta os melhores números na região Nordeste, tendo inclusive, resultados que superam as médias regionais e em alguns casos, médias bem próximas as das Regiões Sul e Sudeste.

Os dados revelaram que quase metade dos jovens baianos tem dificuldade na sua formação no ensino básico. Os resultados são preocupantes, a juventude baiana apresenta dificuldades para concluir o ensino médio na idade acertada. Apesar de em 2013 sofrer queda abrupta nos indicadores de taxa de abandono, verificou-se que mais de 60% dos jovens baianos com 19 anos não completaram o ensino médio.

Vimos no decorrer do texto que os maus resultados apresentados na região Nordeste têm grande impacto na média do grupo dos jovens na população total do país. Isso porque a população jovem do Nordeste é a segunda maior do Brasil, atrás apenas da do Sudeste. No caso do percentual dos jovens que concluíram o ensino médio em idade acertada, a média brasileira foi puxada para baixo principalmente pelos índices do Nordeste, seguidos pelos da região Norte. Pois, nas regiões Sul e Sudeste, desde o fim da primeira metade do século XXI,

a metade dos jovens já concluíam o ensino médio. Verificou-se que a região Nordeste experimenta agora problemas já resolvidos por essas duas regiões.

A desigualdade regional guarda relação significativa com os resultados dos indicadores de qualidade educacional. Foi percebida no decorrer de toda a análise dos dados, a mesma tendência em praticamente todos os indicadores, exceto na comparação entre os resultados das escolas públicas e privadas, em que foi possível verificar que entre as escolas particulares os números são bastante equilibrados entre as regiões e também entre os estados da região Nordeste contrastando com a disparidade existente nos resultados das escolas públicas, indicando fragilidade na qualidade do ensino destas escolas.

Dessa forma, as desigualdades entre as regiões enfatizam o problema da qualidade educacional, especialmente na rede pública, nas regiões Norte e Nordeste e no Estado da Bahia. Daí a importância de se investir em uma educação de qualidade, a fim de que ela seja de fato acessível a todos, já que esta é vista como principal instrumento na tentativa de reduzir as injustiças em um sistema educacional que ainda é desigual não só no estado e nas regiões enfatizadas, mas em todo o país.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Maria Tereza Gonzaga; SOARES, José Francisco. **Contexto escolar e indicadores educacionais:** condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio de Janeiro: Lamparina, Coed. FAPERJ, 2009.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O Ensino Médio no Contexto do Plano Nacional de Educação. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 195-208, maio-ago. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 05. Mar. 2015.

BRASIL. Constituição (1998). Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1998. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>. Acesso em: 25. Mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154**, 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 05. Mar. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional 59, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_11.11.2009/index.shtm. Acesso em: 29. mar. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 27. mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 25. Mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.005**, 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 25 de Junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 25. Mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 20. Mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE; 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução nº02**, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rcb002-12&Itemid=30192. Acesso em: 05. Mar. 2016.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 425-458.

CORSO, Angela Maria; SOARES, Solange Toldo. O Ensino Médio no Brasil: Dos desafios históricos às novas diretrizes curriculares nacionais. X ANPED SUL, **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/2085-0.pdf. Acesso em: 05. Mar. 2016.

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (ORG). **Anuário Brasileiro da Educação Básica - Todos pela Educação**, ed. Moderna, São Paulo, 2014.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, 2010, p. 1223-1245.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A Reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, Abril/00.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** / Reynaldo Fernandes. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**. v.1. n.144. Set/Dez, 2011.

_____. **Políticas para o Ensino Médio e seu potencial inclusivo**. 36ª Reunião Nacional da ANPEd 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia GO.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimoz Munhoz. Qualidade das Escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade

MATHEUS, Danielle dos Santos; LOPES, Alice Casimiro. Sentidos de Qualidade na Política de Currículo (2003-2012). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 337-357, abr./jun. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

MEDEIROS, Marcelo e OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência. **Revista Sociedade e Estado**, V.29, N.2, Mai/Ago. 2004, p. 561-585.

NEUBAUER, Rose (Coord.); DAVIS, Cláudia; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R. Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 92, n. 230, p. 11-33, jan./abr. 2011.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/downloads>. Acesso em: 28. Mar. 2015.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Néelson do Valle e HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**, V.43, N.3, 2000, p. 423-445.

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à Escola**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____; SOUZA, Raquel. **Desafios da reflexão sociológica para a análise do ensino médio no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores/>. Acesso em: 30. mar. 2015.

APÊNDICE

Outros dados sobre o Ensino Médio: Brasil, Regiões, Estados da Região Nordeste:

Tabela 01 - Escolaridade Média da população de 18 a 29 anos - Brasil - 1995 -2013.

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8	9,9
Região Norte	6,6	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,7	7,9	7,4	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,7	8,9	9,2
Região Sudeste	7,4	7,6	7,6	7,9	8,1	8,5	8,8	9,1	9,3	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,4	10,4
Região Sul	7,2	7,3	7,4	7,7	8,0	8,4	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,6	9,9	10,0	10,1	10,2	10,3
Região Centro-Oeste	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,8	8,2	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2	9,5	9,7	10,0	10,1	10,3
Região Nordeste	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,5	7,8	8,1	8,3	8,6	8,9	9,0
Maranhão	4,9	5,0	4,9	5,2	5,5	6,0	6,2	6,6	6,9	6,9	7,2	7,7	7,8	8,1	8,3	8,5	8,7
Piauí	5,1	4,9	5,0	5,1	4,9	5,7	5,9	6,2	6,6	6,7	7,2	7,3	7,5	8,1	8,5	8,6	8,9
Ceará	5,0	5,1	5,3	5,5	5,8	6,4	6,9	7,2	7,4	7,7	8,1	8,4	8,6	8,8	9,1	9,3	9,4
Rio Grande do Norte	5,7	6,1	6,2	6,1	6,5	6,6	6,9	7,0	7,2	7,6	7,9	8,0	8,3	8,3	9,0	9,2	9,4
Paraíba	5,1	5,5	5,3	5,8	6,1	5,7	5,9	6,5	6,4	6,9	7,1	7,3	7,8	8,0	8,5	8,9	9,1
Pernambuco	5,5	5,9	5,7	6,2	6,2	6,5	6,7	6,9	7,3	7,4	7,6	7,7	8,1	8,4	8,5	8,9	9,2
Alagoas	4,8	5,1	5,2	5,1	5,3	5,1	5,3	5,5	5,8	6,1	6,5	7,1	7,1	7,6	8,2	8,3	8,3
Sergipe	5,5	5,5	5,4	6,1	6,2	6,6	6,6	7,1	7,1	7,3	7,6	8,1	8,5	8,5	8,7	8,9	9,0
Bahia	5,0	5,2	5,3	5,5	5,7	6,2	6,6	6,9	7,0	7,4	7,7	7,9	8,2	8,3	8,6	8,9	8,9

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

Tabela 02 - Escolaridade Média da população de 18 a 29 anos por raça/cor - Brasil - 2001, 2006, 2011, 2012, 2013.

	Brancos					Pretos					Pardos				
	2001	2006	2011	2012	2013	2001	2006	2011	2012	2013	2001	2006	2011	2012	2013
Brasil	8,7	9,8	10,4	10,6	10,7	6,6	8,2	8,8	9,0	9,2	6,6	7,9	8,9	9,1	9,2
Região Norte	8,1	8,8	9,6	9,8	10,0	6,8	7,5	8,2	8,8	8,7	7,1	7,7	8,4	8,7	9,0
Região Sudeste	9,2	10,3	10,8	11,0	11,0	7,1	8,7	9,3	9,4	9,4	7,5	8,8	9,5	9,7	9,7
Região Sul	8,6	9,9	10,4	10,6	10,6	6,9	8,3	8,9	9,0	9,3	6,9	8,1	9,0	9,0	9,1
Região Centro-Oeste	8,8	10,0	10,7	10,9	10,9	6,8	8,5	9,2	9,3	9,7	7,1	8,5	9,5	9,7	9,8
Região Nordeste	7,3	8,3	9,3	9,6	9,7	5,7	7,5	8,3	8,5	8,8	5,7	7,2	8,3	8,6	8,7
Maranhão	7,3	7,7	8,8	9,2	9,6	5,3	7,5	8,6	8,2	8,5	5,6	7,0	8,1	8,3	8,5
Piauí	7,0	8,6	9,3	9,0	9,6	5,6	7,4	8,2	8,9	8,7	5,2	6,7	8,2	8,4	8,6
Ceará	7,5	8,8	9,9	9,9	10,2	5,1	7,6	7,2	9,0	8,7	5,9	7,7	8,7	8,9	9,1
Rio Grande do Norte	7,5	8,6	9,8	9,7	10,0	5,5	7,5	7,5	8,2	8,8	6,0	7,5	8,6	8,8	9,0
Paraíba	7,1	7,9	9,3	9,5	9,7	4,5	5,4	6,5	8,2	8,5	5,0	6,6	8,3	8,6	8,7
Pernambuco	7,5	8,3	9,3	9,6	9,7	5,8	7,3	8,6	8,3	8,8	6,0	7,1	8,1	8,5	8,9
Alagoas	6,3	8,0	9,2	9,5	9,2	4,5	6,4	6,3	7,3	7,4	4,6	5,8	7,9	7,9	8,0
Sergipe	7,9	8,1	8,8	9,1	9,4	6,7	7,8	8,4	8,9	7,6	6,3	7,3	8,7	8,8	8,8
Bahia	7,2	8,4	9,1	9,7	9,7	6,0	7,8	8,6	8,7	9,0	5,9	7,4	8,4	8,7	8,6

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

Tabela 03 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade - 2001 – 2013.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	87,6	88,1	88,4	88,5	88,9	89,5	89,9	90,0	90,3	91,4	91,3	91,5
Região Norte	88,8	89,6	89,5	87,0	88,1	88,3	88,6	88,8	89,0	89,8	90,0	90,5
Região Sudeste	92,5	92,8	93,2	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2	95,2
Região Sul	92,9	93,3	93,6	93,7	94,1	94,3	94,5	94,5	94,5	95,1	95,6	95,4
Região Centro-Oeste	89,8	90,4	90,5	90,8	91,1	91,7	92,0	91,8	92,0	93,7	93,3	93,5
Região Nordeste	75,7	76,6	76,8	77,5	78,0	79,2	80,0	80,5	81,2	83,1	82,6	83,1
Maranhão	76,6	77,1	76,2	76,9	77,0	77,2	78,6	80,5	80,9	78,4	79,2	80,1
Piauí	70,6	70,4	71,6	72,7	72,6	73,8	76,6	75,7	76,6	80,7	81,2	80,3
Ceará	75,2	77,4	77,3	78,2	77,4	79,4	80,8	80,9	81,5	83,5	83,7	83,3
Rio Grande do Norte	75,8	77,3	76,6	77,7	78,5	78,2	80,4	80,0	81,9	84,2	84,0	82,8
Paraíba	72,8	72,9	74,8	74,7	74,8	77,3	76,5	76,5	78,4	82,8	81,4	81,8
Pernambuco	78,0	78,4	78,2	78,6	79,4	81,4	81,3	82,0	82,2	84,3	83,3	84,7
Alagoas	69,4	68,8	69,6	70,5	70,7	73,6	74,9	74,3	75,4	78,2	78,2	78,4
Sergipe	78,6	79,8	80,8	80,6	80,3	81,8	83,2	83,1	83,7	84,0	83,7	83,1
Bahia	77,2	78,3	78,7	79,6	81,2	81,4	81,5	82,5	83,1	85,6	84,1	85,1

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

Tabela 04 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade - Por raça/cor - 2001, 2006, 2011,2012, 2013.

	Brancos					Pretos					Pardos				
	2001	2006	2011	2012	2013	2001	2006	2011	2012	2013	2001	2006	2011	2012	2013
Brasil	92,3	93,4	94,7	94,7	94,8	81,3	85,8	87,1	88,1	87,9	81,9	85,2	88,4	88,2	88,6
Região Norte	92,1	92,1	92,8	93,0	93,5	83,0	84,3	85,2	86,2	85,7	87,8	87,3	89,4	89,5	90,2
Região Sudeste	94,6	95,6	96,7	96,5	96,6	86,2	90,7	92,4	92,7	92,8	89,1	91,8	93,4	93,8	93,6
Região Sul	94,2	95,4	96,1	96,5	96,4	87,2	89,8	90,8	92,7	92,1	85,4	89,4	91,3	92,4	92,2
Região Centro-Oeste	92,9	94,3	95,4	95,2	95,3	82,6	86,9	88,6	89,9	89,5	87,8	90,1	93,0	92,3	92,6
Região Nordeste	81,0	83,4	86,7	86,5	86,7	70,5	77,2	79,9	80,3	80,5	73,8	77,5	82,0	81,2	81,9
Maranhão	81,6	82,0	83,1	86,1	84,4	72,8	74,1	71,6	72,4	74,7	75,5	76,1	78,3	78,3	80,1
Piauí	77,5	82,5	85,8	83,8	85,2	60,8	67,8	79,7	81,9	80,8	68,8	71,4	78,9	80,2	78,4
Ceará	81,2	84,4	87,9	88,5	86,9	62,6	76,0	70,8	76,3	75,6	72,2	76,8	81,9	81,9	82,2
Rio Grande do Norte	82,0	82,7	87,7	87,5	87,7	71,6	73,5	80,2	79,2	80,3	71,9	75,7	81,7	81,4	79,7
Paraíba	79,6	82,9	86,6	87,4	86,4	55,6	62,1	70,9	74,2	75,2	70,1	74,7	82,3	78,7	79,9
Pernambuco	82,7	84,9	87,5	86,7	88,1	69,5	78,0	81,4	80,5	77,2	75,6	79,4	82,5	81,5	83,8
Alagoas	77,2	81,0	81,5	82,5	82,9	59,4	66,1	68,8	72,0	70,1	66,4	70,0	78,1	77,0	77,5
Sergipe	88,3	86,0	86,8	84,0	84,5	84,0	82,3	80,0	83,7	84,3	74,9	79,7	83,5	83,6	82,3
Bahia	79,9	82,3	87,5	86,1	87,6	73,1	80,6	85,4	83,9	84,9	77,0	81,3	85,9	83,4	84,2

Fonte: IBGE, PNAD, elaboração Todos Pela Educação, 2015.

Tabela 05 - Taxa de Reprovação - Ensino Médio / Redes / Pública / 1º ao 4º Ano / Por série - 2013-2014.

	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Brasil	17,6	18,1	11,4	11,9	7,1	7,2	5,5	6,5
Região Norte	14,4	14,3	10,3	10,4	9,3	9,4	7,7	6,9
Região Sudeste	17,6	17,5	11,2	11,8	6,4	6,5	4,2	4,1
Região Sul	21,7	22,1	13,0	13,5	7,1	6,8	3,5	4,0
Região Centro-Oeste	21,5	22,7	13,1	14,1	8,3	8,8	9,3	9,9
Região Nordeste	15,6	16,9	10,7	11,3	7,1	7,1	7,2	9,9
Maranhão	16,0	15,6	11,8	11,7	7,0	6,5	0,9	1,3
Piauí	14,3	13,7	8,5	7,2	4,6	3,8	3,5	3,7
Ceará	9,7	10,0	6,7	7,1	4,4	4,4	6,4	1,7
Rio Grande do Norte	16,4	24,7	11,0	18,2	7,2	12,4	3,8	8,1
Paraíba	14,0	15,5	8,5	9,5	4,3	4,2	4,0	4,4
Pernambuco	14,6	13,1	10,7	8,8	6,7	5,3	4,9	6,9
Alagoas	15,9	17,8	9,8	10,3	7,3	8,3	7,5	9,7
Sergipe	21,6	23,8	14,6	15,5	7,7	6,7	2,4	0,0
Bahia	19,5	22,4	13,7	15,1	10,2	10,5	11,0	14,5

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2015.